

vc

**VALOR
COMPARTILHADO**

**Tecendo Redes
UM PANORAMA DAS
ILPIS EM BH**

**Terceiro Setor em Foco
CULTURA E INTEGRAÇÃO
COMO INSTRUMENTOS DE
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

**Formação
O VALOR DO CUIDADO**



UM CONVITE À EMPATIA

*“O ingrediente-chave da empatia é a presença”
Marshall Rosenberg*

Esta é uma edição muito especial da Revista Valor Compartilhado. Um presente nosso para você!

É a primeira a trazer a nova identidade visual da revista, mais robusta e circular, mais moderna e conectada com o florescer do CeMAIS.

Esta é ainda a nossa edição especial do projeto Rede 3i, feita com carinho para abordar um assunto importante para uma sociedade sustentável: as Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas.

Reunimos um time de respeito para abordar a realidade dessas instituições e os direitos das pessoas que ali vivem. Marshall Rosenberg, em seu livro “Comunicação Não-Violenta” ensina que empatia é a compreensão respeitosa do que o outro está vivendo. Assim, convidamos você a um exercício. Comece conhecendo o projeto Rede 3i pelo olhar da equipe que o realiza com tamanho carinho e compromisso.

Em seguida, veja como cuidar das finanças das pessoas idosas institucionalizadas e entenda os empréstimos consignados, na seção “Na Prática”. Chega, então, o momento de vestir diferentes

sentimentos e expectativas, ao escutar com atenção as diferentes partes que formam o atendimento à pessoa idosa institucionalizada em Belo Horizonte, em Tecendo Redes.

Temos certeza que será interessante se colocar no lugar do Sr. Patrocínio, participante do projeto Saber Viver, pauta em “Terceiro Setor em Foco”, seção que conta ainda com uma segunda matéria, em que convidamos a ver o mundo pelos olhos encantadores de Isaura, gestora do Lar da Vovó.

Quando você se colocar no lugar da senhora Maria Marta, moradora do Recanto dos Amigos, irá sentir toda a emoção de ver o mar pela primeira vez, em uma excursão promovida pela ILPI para Cabo Frio, assunto da seção “Realizando Sonhos”. Adiante, inspire-se com os sonhos ambiciosos de Renata Martins Costa de Moura para a política de atendimento à pessoa idosa em Belo Horizonte.

Para a seção Formação, convidamos a compartilhar um pouco da visão da gestão financeira das ILPIs, com a análise da pesquisa “Quanto custa o cuidado com a pessoa idosa?”, realizada pela pesquisadora Maria Silvia Ferreira.

6 CÁ ENTRE NÓS

Rede 3i: Fortalecimento da Rede de Gestão das ILPIs

10 NA PRÁTICA

Gestão da Renda da Pessoa Idosa Institucionalizada e Endividamento na Terceira Idade

20 TECENDO REDES

Um panorama das ILPIs em BH

36 TERCEIRO SETOR EM FOCO

- Empreendedorismo 60+: a gestão profissionalizada das ILPIs
- Cultura e integração como instrumentos de transformação social

48 REALIZANDO SONHOS

Todos a bordo: ILPI de BH leva pessoas idosas para visitarem a praia

54 COM A FALA QUEM

Age por uma BH amiga da pessoa idosa

66 FORMAÇÃO

O valor do cuidado

EXPEDIENTE



MARCELA GIOVANNA



ALINE SEOANE



USTANE MARTINS



DELÂNZIA JUNHO



VALDA MACIEL



ADRIANA RIBEIRO



DAYANE PINHO



GLEICIANE ZITO



NATÁLIA GONÇALVES



PÂMELLA NORONHA



PATRÍCIA ALVES



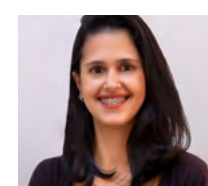
MUSSA AGOSTINHO



LUIZA LAMBERT



MARIA SÍLVIA FERREIRA



HELLEN TRINDADE



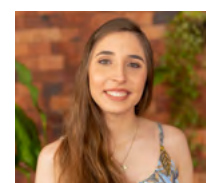
TAIANY GONÇALVES



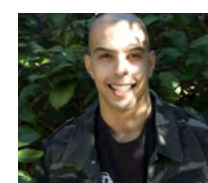
JÊNNIFER RODRIGUES



MARIANA PIMENTA



SOFIA FUSCALDI



EDUSÁ

 DIRETORA-PRESIDENTE CeMAIS

 DIRETORA-EXECUTIVA CeMAIS

 DIRETORA-FINANCEIRA CeMAIS

 COORDENAÇÃO EDITORIAL

 ARGUMENTAÇÃO

 EQUIPE DO PROJETO REDE 3I

 COLABORAÇÃO

 DESIGN E ILUSTRAÇÕES

cemais.org.br/valorcompartilhado | valorcompartilhado@cemais.org.br

REDE 3i: FORTALECIMENTO DA REDE DE GESTÃO DAS ILPIS

“O Projeto Rede 3i é uma inovação, um romper de barreiras. É criar laços e proporcionar encontros. Descobrir um mundo escondido atrás de muros altos. É conhecer um sorriso, histórias de pessoas idosas que merecem e têm direitos. É dizer para a sociedade sobre quem tanto contribuiu e contribui para nossa história.”

Marcela Giovanna
Superintendente do projeto Rede 3i

Foto: Alessandra Giovanna

Prepare o café, aquele bolinho gostoso e sinta porque lá vem boa prosa!

O Cá entre Nós desta edição vem recheado de vivências, conquistas, alegrias e desafios. Trazemos registros das ações desenvolvidas junto a instituições de longa permanência para pessoas idosas socioassistenciais de Belo Horizonte, as ILPIs; com seus dirigentes e suas equipes de cuidado e assistência.

Essa história começa lá em 2015, sonhada pelo CeMAIS a partir do diálogo entre organizações da sociedade civil que visam promover a qualidade de vida e a garantia de direitos da população 60+ institucionalizada na cidade. A iniciativa tem início em parceria com o Serviço Social Autônomo (Servas), recebendo o nome de Ser Mais que, entre outras ações, ofertava ciclos da Jornada do Conhecimento Compartilhado (JCC) para o desenvolvimento das equipes gestoras de ILPIs.

Em 2016, as ações foram estruturadas em projeto, que passa a se chamar Rede 3i, aprovado junto ao Fundo Municipal do Idoso de Belo Horizonte e executado a partir de 2017. Desde então, os atendimentos para o fortalecimento da gestão das instituições são realizados em seis áreas: Administrativa Financeira, Comunicação, Elaboração de Projetos, Gestão Estratégica, Gestão de Pessoas & Voluntariado e Jurídica.

Já em 2018, o projeto iniciou os atendimentos individualizados por meio de assessorias presenciais em nove das 28 ILPIs socioassistenciais do município, além de formações com coordenadores, dirigentes e suas equipes técnicas, para toda a rede socioassistencial. Em 2019, o projeto passa a atender outras quatro instituições da rede, somando 13 ILPIs beneficiadas com a elaboração de site, identidade visual das organizações, destinação de notebooks e treinamento para o uso desses recursos.

Para Marcela Giovanna, superintendente do projeto, o 3i conhece de perto a gestão das instituições e



Foto: Acervo CeMAIS

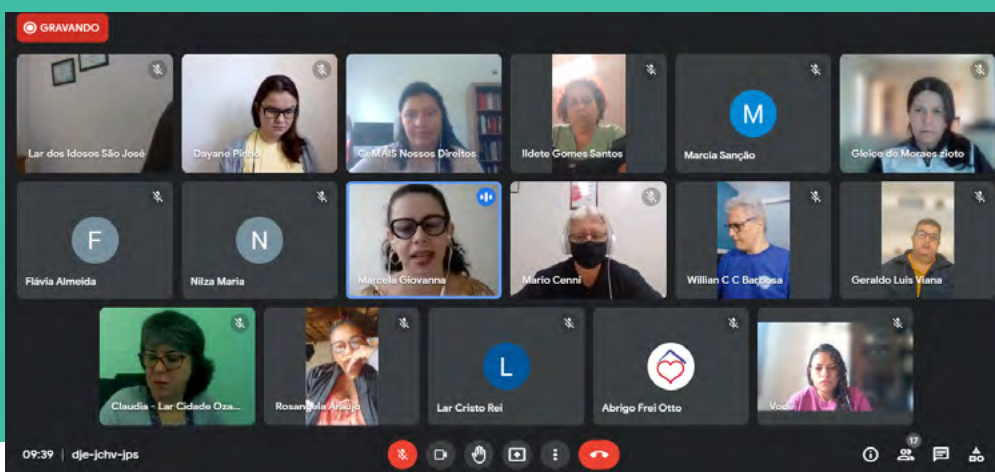


Foto: Acervo CeMAIS

proporciona a organização de uma rede de ILPIs socioassistenciais em Belo Horizonte. A partir da articulação dessa rede, o projeto reuniu atores que trabalhavam separadamente dentro de estruturas do sistema de proteção, seja dentro da prefeitura, Ministério Público, corpo de bombeiros ou empresas. “O projeto representa um marco para aprimorar e apoiar as ILPIs socioassistenciais e particulares do município, visando qualificar a oferta de serviços”, destaca Marcela.

O Rede 3i, por meio do fortalecimento da gestão das instituições, favoreceu o entendimento de que a ILPI não é o lugar do fim. As organizações estão postas como equipamentos da cidade no lugar de cuidado, de recomeço e de qualidade de vida para a pessoa idosa. É o lugar da intersetorialidade, onde o poder

público estabelece uma parceria respeitosa e as empresas estão atentas a destinações para que as pessoas que ali residem tenham as suas vidas transformadas.

E, no meio do caminho, uma pandemia

No ano de 2020, o projeto avançava para o final de sua segunda fase, quando o mundo foi surpreendido pela pandemia de Covid-19. Seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), e considerando que nas ILPIs é atendido o público mais vulnerável ao contágio da doença, as ações do projeto foram transferidas para o modelo remoto e as assessorias foram estendidas a todos os 28 lares socioassistenciais. O projeto fomentou, então, a articulação da rede para

a destinação de recursos do Fundo Municipal do Idoso para a compra de insumos e equipamentos de proteção para o enfrentamento da Covid-19 e parcerias com instituições de ensino e organizações de diferentes ramos de atuação. Além da oferta de, aproximadamente, mil atendimentos remotos no período de março a dezembro. Todos esses esforços somados, para que o município não passasse pela tragédia experimentada mundo afora nas ILPIs.

Entendendo que o cuidado e a garantia de direitos devem alcançar a pessoa idosa onde quer que ela esteja, o projeto estabeleceu, como uma das metas, acompanhar 32 ILPIs privadas em Belo Horizonte.

Para isso, foi desenvolvido um [estudo](#) para compreender a realidade dessa categoria na cidade. Também foram criados grupos de conversa para trocas de experiências e boas práticas sobre o cuidado da pessoa idosa, ainda com o objetivo de articular a rede particular de ILPIs.

A pessoa idosa como protagonista da sua própria história

O entendimento de que o envelhecer é uma fase natural da vida humana, assim como a infância, a adolescência e a vida adulta, nos impulsiona a caminhar em direção ao cuidado da pessoa idosa.

Com o envelhecimento crescente da sociedade, iniciativas que promovam o protagonismo da população 60+ têm se mostrado cada dia mais necessárias.

Diante deste contexto e das novas composições e dinâmicas familiares, as ILPIs têm se tornado, cada vez mais, relevantes parceiras no cuidado e na garantia de direitos das pessoas idosas. É com este olhar que o projeto Rede 3i finaliza a sua terceira fase, vencendo desafios e oportunizando conquistas para uma rede cada dia mais fortalecida.

“O Rede 3i proporcionou que a gente falasse para a cidade sobre essas instituições, que a gente mostrasse o sorriso dessas pessoas atrás dos muros, para orientar empresas sobre doações, ou mesmo levar equipes de comunicação para gravar dentro das ILPIs, para que a sociedade pudesse conhecê-las. O Rede 3i é isso! É entrar, é ver e se deixar tocar por essas pessoas para construir uma gestão melhor, sabendo que todo esse atendimento tem uma história. Uma história de assistência, de cuidado necessário, mas que, com apoio de uma rede, com apoio de todos os atores, esse cuidado pode ser ainda maior”.

Marcela Giovanna

Assessorias presenciais e remotas: 1.105

Cafés com Dirigentes: 25

Encontros Técnicos: 11

Boletins 60+: 125 edições

Protocolos impressos: 38

Protocolos online: enviados para rede particular de ILPIs do município (grupos com aproximadamente 100 integrantes)

GESTÃO DA RENDA

DA PESSOA IDOSA INSTITUCIONALIZADA E ENDIVIDAMENTO NA TERCEIRA IDADE

Mussa Agostinho Vaz Vieira

Centro Universitário UNA – Belo Horizonte – MG – Brasil



Segundo a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), os brasileiros com 60 anos ou mais comprometem 77,7% da renda com despesas de habitação, alimentação e saúde, por isso, pessoas nessa faixa etária são mais afetadas pela inflação. Agentes econômicos que viram o seu poder de compra diminuir, tendem a procurar créditos para mantê-los

com o orçamento equilibrado por um curto período. Por outro lado, a elevação da taxa de inflação leva à pressão para o aumento da taxa básica de juros, que é usada como referência para as operações financeiras. Com aumento da taxa básica de juros, os custos de créditos ficam mais elevados, impactando os endividados ou tomadores de empréstimos.

O governo federal publicou em 4 de agosto de 2022, no Diário Oficial da União (DOU), uma medida provisória (MP) que aumenta o valor máximo do crédito consignado (tipo de empréstimo em que a prestação é descontada diretamente da folha de pagamento) permitido para trabalhadores registrados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);

funcionários públicos; segurados do regime próprio da previdência social dos funcionários públicos federais; e aos segurados do Regime Geral de Previdência Social (INSS).

Mas, o que se vê na prática, são outras formas de empréstimos que principalmente são oferecidos para os aposentados, os chamados “empréstimos

“Empregados regidos pela CLT e servidores públicos podem comprometer o limite de até 40% da renda líquida, sendo 35% para empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis e 5% para amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito consignado ou a utilização com a finalidade de saque por meio de cartão de crédito consignado. Já os aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social, assim como quem recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) não podem ultrapassar o limite do valor de 45% dos benefícios. Desse total, 35% devem ser usados para empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis; 5% para operações (de saque ou despesas) contraídas por meio de cartão de crédito consignado e 5% para gastos com o chamado cartão de benefícios Geral de Previdência Social (INSS).”

Fonte da citação: Portal G1

no cartão de crédito” que acabam comprometendo mais de 50% da renda futura dos aposentados. O Banco Central é responsável pela fiscalização do cumprimento desse limite.

Este artigo tem por objetivo discutir o risco de endividamento das pessoas idosas e conscientizar os membros da família e as Instituições Longa Permanência para os Idosos (ILPIs) de quanto é importante cuidar dos recursos financeiros desse público.

O jornal Folha de São Paulo, em matéria publicada em junho de 2022, descreve que “a fila de endividamento de pessoas acima de 60 anos, muitos deles aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – cresceu entre 2021 e 2022, segundo dados da Serasa. Os números mais recentes mostram que, entre abril/2021 e abril/2022, a lista dos devedores nesta faixa etária ganhou 751.745 pessoas em um ano. Em abril de 2021, havia 10,7 milhões de pessoas acima de 60 anos inadimplentes”.

NÚMERO DE DEVEDORES (EM MILHÕES)

	Abril/21	%	Abril/22	%
Até 25 anos	7,80	12,38%	8,50	12,86%
De 26 a 40 anos	22,60	35,87%	23,50	35,55%
De 41 a 59 anos	21,90	34,76%	22,70	34,34%
Acima de 60 anos	10,70	16,98%	11,40	17,25%
Total	63,00	100,%	66,10	100%

Fonte: Serasa Experian

Para o economista-chefe da Serasa Experian, Luiz Rabi, a inadimplência, de forma geral, está ligada à inflação e alta dos juros. No entanto, para ele, especialmente na faixa acima de 60 anos, com a maioria aposentada, as dívidas são resultado direto da disparada de preços. “Basicamente é a inflação o principal fator. Foi justamente quando a inflação acumulada nos 12 meses superou os 10% que a inadimplência começou a subir, em outubro de 2021. Com inflação

de dois dígitos, você não consegue acompanhar, os salários perdem poder de compra, porque o reajuste previdenciário não acompanha a inflação.”

Outro fator que pode explicar o aumento do número de pessoas acima de 60 anos com dívidas, é que, em muitos casos, o benefício do aposentado é a única fonte de renda de uma família que perdeu o emprego. Estudos mostram que no Brasil, 43% das pessoas ido-



sas são responsáveis pelo sustento da casa, entretanto 51% destes idosos precisam de empréstimo para pagar as contas do mês. Com participação maior dos idosos no orçamento familiar, muitos acabam emprestando o seu nome para os filhos, netos e cônjuges realizarem compras ou até tomarem empréstimos.

Por outro lado, é comum que instituições financeiras liguem frequentemente para aposentados e pensionistas oferecendo empréstimos facilitados e com juros “baixos”. Sem ter noção de quanto é realmente o custo do empréstimo, essas pessoas vulneráveis acabam contraindo a dívida. Empréstimo fácil, “barato” acaba por desorganizar as finanças pessoais e ser problema por muito tempo para a pessoa idosa vulnerável e sem orientação.

O empréstimo consignado é uma opção de crédito com custo menor, frente a outras alternativas como rotativo do cartão de crédito, cheque especial e

empréstimo pessoal. O crédito consignado é oferecido exclusivamente para aposentados e pensionistas do INSS, militares das forças armadas, trabalhadores assalariados de empresas privadas no regime CLT e servidores públicos. Optando pelo crédito consignado, o tomador de empréstimo autoriza a instituição credora a descontar as parcelas diretamente da sua folha de pagamento para quitação da dívida, o que reduz o risco dessa modalidade de empréstimo. Mas, por outro lado, a aposentadoria fica comprometida para o pagamento das parcelas. A facilidade de contratação e do recebimento do dinheiro tornam a linha atrativa para pessoas da terceira idade. Mesmo com risco menor para essa modalidade de crédito, atualmente, no crédito consignado, a taxa de juros varia entre 20% a 35% ao ano.

Apesar do limite de crédito não poder ultrapassar o percentual de 35% sobre o valor da aposentadoria ou salário, essa prática nem sempre é respeitada pelas instituições

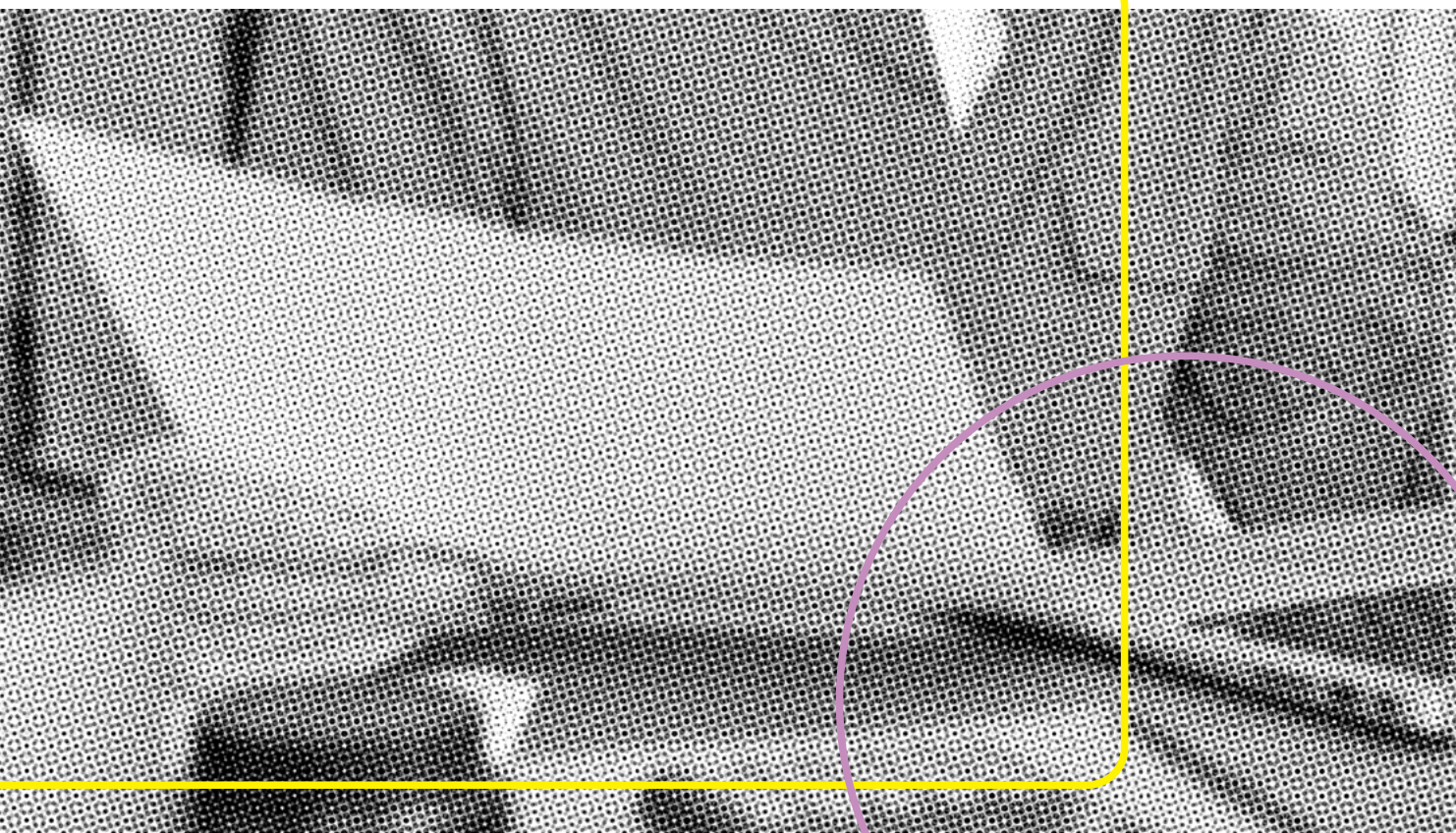
financeiras e muitos aposentados acabam comprometendo grande parte do orçamento mensal com parcelas dos empréstimos consignados, uma vez que podem contrair dívidas em diversas instituições financeiras. A falta de planejamento combinado com abuso por parte dos credores em facilitar o acesso ao empréstimo consignado pode levar ao desequilíbrio financeiro, acúmulo de dívidas e até depressão.

Com a perda de memória, os erros financeiros podem se tornar um grande problema. É muito complicado para a pessoa idosa aceitar que não está conseguindo fazer as mesmas coisas e que está com empréstimos que comprometem grande parte da renda. É nessa hora que a família ou a instituição que cuida dos idosos precisa ajudá-los.

Muitas vezes, administrar as finanças na terceira idade pode ser um problema, seja dentro de casa ou de uma instituição. Crimes de natureza econô-

mica e financeira que acontecem com as pessoas idosas, como apropriação do valor do benefício e contração de empréstimos em nome dos moradores, muitas vezes são cometidos pelos parentes mais próximos, tais como filhos, netos, sobrinhos e até pelas ILPIs. Aqui, lembramos que, de acordo com as premissas da Constituição Federal, no art. 115 da Lei 10.741, de 01/10/2003, “É dever da família, da sociedade e do Estado amparar e assegurar a participação de pessoas idosas na comunidade em que vivem, garantindo a eles o direito à vida, defendendo sua dignidade e seu bem-estar.”

Para muitas pessoas idosas que sofrem com a violência, a solução é sair do meio familiar e ser institucionalizada. Porém, por meio de uma procuração e com o acesso fácil ao crédito consignado, as ILPIs conseguem pegar empréstimos em nome do assistido para sanar as dívidas do mesmo com a instituição. Essa prática além de ser crime, compromete a vida financeira futura do idoso.



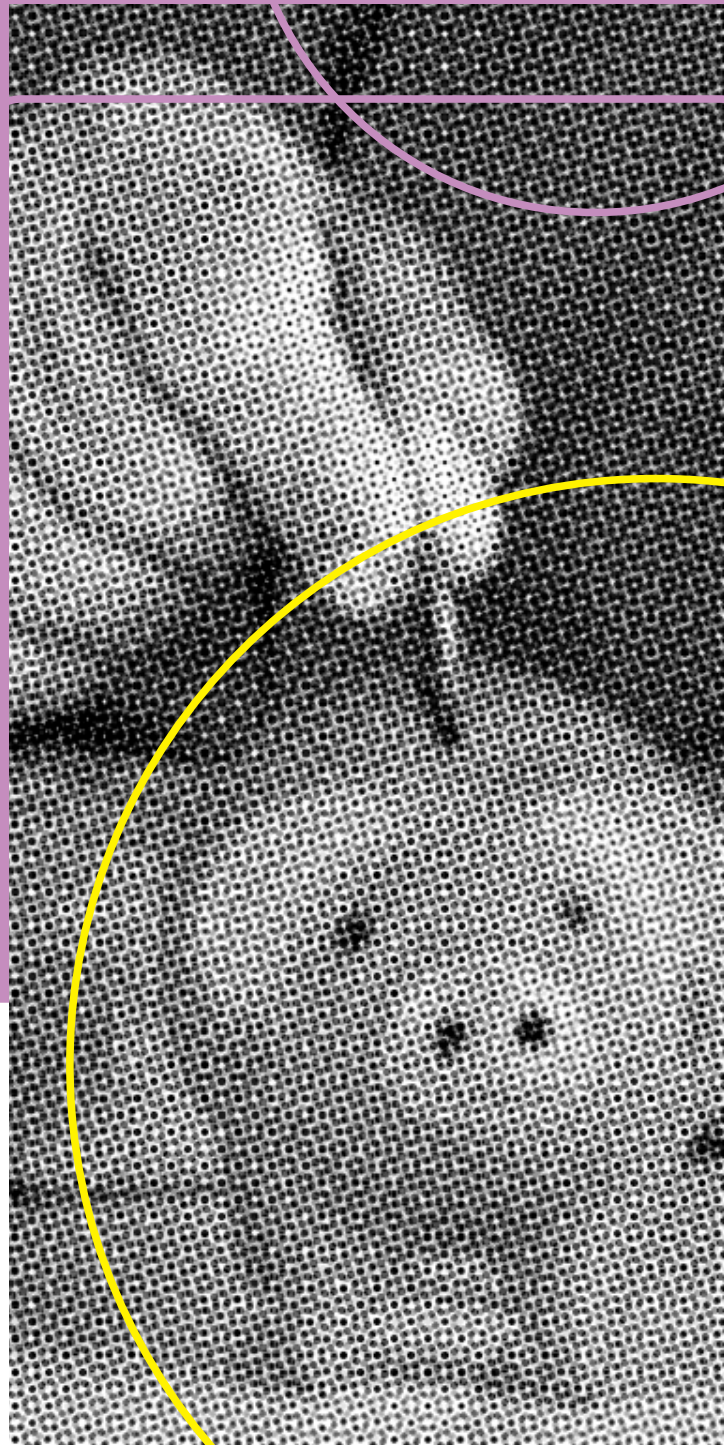
Como deve ser feita a gestão da renda de um idoso que reside numa instituição de longa permanência?

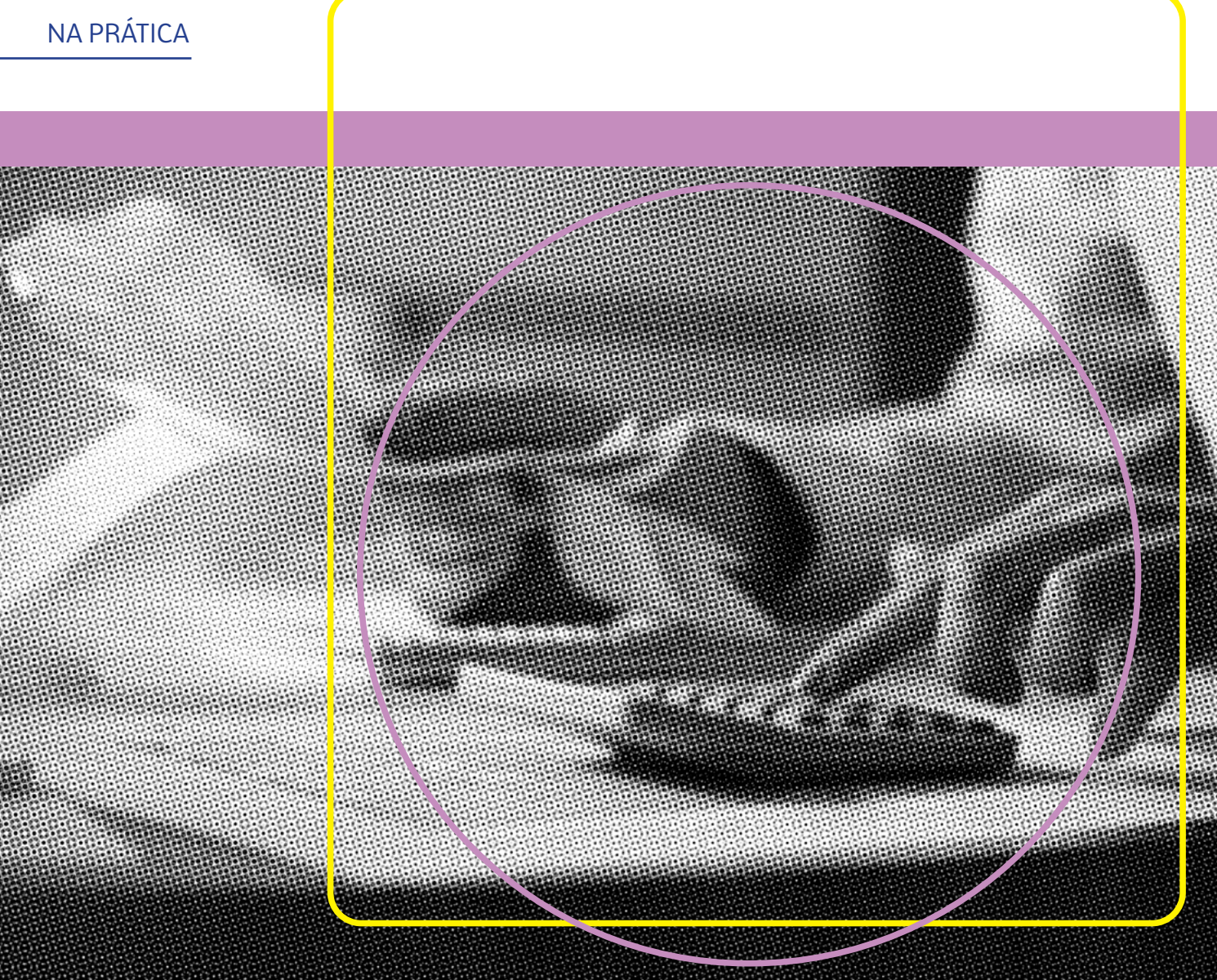
Cada acolhido deve ter a sua própria conta bancária para recebimento do seu benefício, por isso, as ILPIs devem evitar manter uma única conta bancária para onde é transferido todo o benefício dos moradores.

Por meio de um contrato para prestação de serviço de assistência, as instituições que têm como missão a prestação de serviços de atendimento assistencial às pessoas idosas podem solicitar a contribuição de até 70% da renda do residente para ajuda no custeio da estadia. De acordo com o artigo 35, § 1º do Estatuto do Idoso, “a entidades filantrópicas, ou casa-lar, é facultada a cobrança de participação do idoso no custeio da entidade” e o parágrafo 2º determina que o idoso poderá colaborar com “até 70% de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social recebido pelo idoso”.

As ILPIs devem auxiliar e acompanhar as pessoas idosas no saque da aposentadoria ou benefício, não sendo elas as responsáveis pelo saque dos benefícios. Ou seja, o trabalho da ILPI é de auxiliar no saque dos benefícios nas instituições financeiras em caso da ausência da família da pessoa inabilitada.

Após o morador repassar 70% para a instituição, a mesma deve registrar o recebimento em um documento (recibo). Os 30% restantes devem permanecer na conta bancária do titular, por motivo de segurança e privacidade. Os 30% restantes deve ser destinado para aquisição de bens e serviços destinados à pessoa idosa, como compra de fraldas, itens





de higiene pessoal, medicamentos, hospitalização e não para pagar contas das ILPIs.

Esses gastos extraordinários têm que ser controlados em um orçamento pessoal para o morador, anexando as notas fiscais para comprovação dos gastos aos familiares e pessoas afins.

É importante que a ILPI sempre faça um planejamento financeiro individual quinzenal ou mensal, com relação aos gastos previstos com despesas extraordinárias. Com esse planejamento financeiro, a instituição terá previsão se o benefício recebido pela pessoa idosa é suficiente para pagamento da sua manutenção e pagamento das despesas.

O que diz o Estatuto da Pessoa Idosa com relação a violência econômica e financeira?

De acordo com o art. 102 da Lei nº 10.741 de 01/10/2003, é crime “apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso, dando-lhes aplicação diversa da de sua finalidade”. A punição será reclusão de 1 a 4 anos e multa.

No caso do uso indevido de terceiros sobre o salário de aposentadoria dos idosos, o art. 104 da Lei

nº 10.741 de 01/10/2003, diz que é crime “reter o cartão magnético de conta bancária relativa a benefícios do idoso, bem como qualquer outro documento com objetivo de assegurar recebimento ou ressarcimento de dívida”. A punição é de de detenção de 6 a 8 meses e multa.

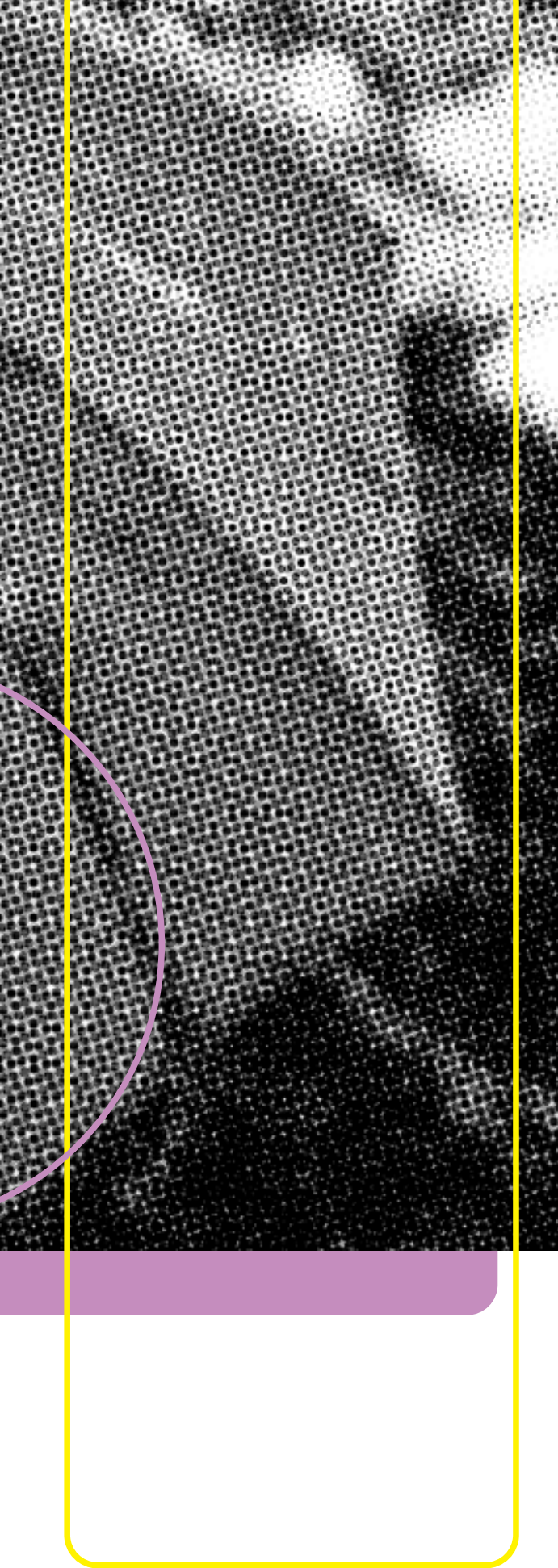
Os art. 106 e 107 da Lei nº 10.741 de 01/10/2003, orientam sobre o ato de fazer uma procuração para fins ilícitos. Com a procuração, que pode ser particular ou realizada em cartório, a pessoa idosa que não quiser ou que for considerada incapaz, geralmente elege alguém próximo, se tal indivíduo introduzir ou obrigar a pessoa idosa a assinar uma procuração, pode haver punição de reclusão de 2 a 4 ou 5 anos.

Cuidar das finanças da população 60+ é importante para que eles possam aproveitar a vida de uma forma estável e, conseqüentemente, terem bem-estar. Por isso, cuidar das pessoas idosas também envolve organização financeira, para que possam desfrutar de seus recursos de forma tranquila, estável e saudável. Tendo bem-estar, a pessoa idosa pode proporcionar um retorno financeiro e social para sua família ou para a instituição cuidadora.

As bases para o envelhecimento saudável são: alimentação saudável, se manter em movimento, cuidar da saúde mental, planejamento e equilíbrio financeiro.

As instituições financeiras têm que respeitar as orientações referentes à liberação de crédito sem comprometer a renda do devedor.





Os cuidados que um optante pelo empréstimo deve tomar

- Fazer um planejamento financeiro (orçamento pessoal e familiar) para conhecer realmente sua situação financeira.
- Pesquisar as taxas de juros e condições de pagamento em diversas instituições financeiras;
- Saber se a instituição financeira está autorizada a funcionar pelo Banco Central e, no caso dos empréstimos consignados para aposentados e pensionistas do INSS, se a instituição está conveniada com INSS;
- Recusar intermediação de pessoas com promessas de acelerar o crédito e nunca passar informações pessoais;
- Optante pelo empréstimo consignado deve lembrar que esse tipo de operação representa dívidas que poderão afetar a administração da renda pessoal e familiar futura, em razão do comprometimento mensal dos benefícios para com pagamento de juros e amortização do empréstimo.
- É direito do aposentado ou pensionista receber informações como custo operacional do crédito, taxa de juros mensal ou anual, número e valor das prestações mensais e a soma de juros a pagar;
- No ato de assinatura do contrato, o beneficiário deve exigir uma via do contrato, isso ajuda para que o idoso se organize e não seja cobrado além do acordado.

Educação financeira para pessoas idosas

Optar por empréstimo consignado não planejado, seja para fechar as contas do mês ou para ajudar financeiramente o filho, neto ou outros membros da família pode distorcer e desestabilizar o orçamento da pessoa idosa, uma vez que o desconto é feito direto no pagamento.

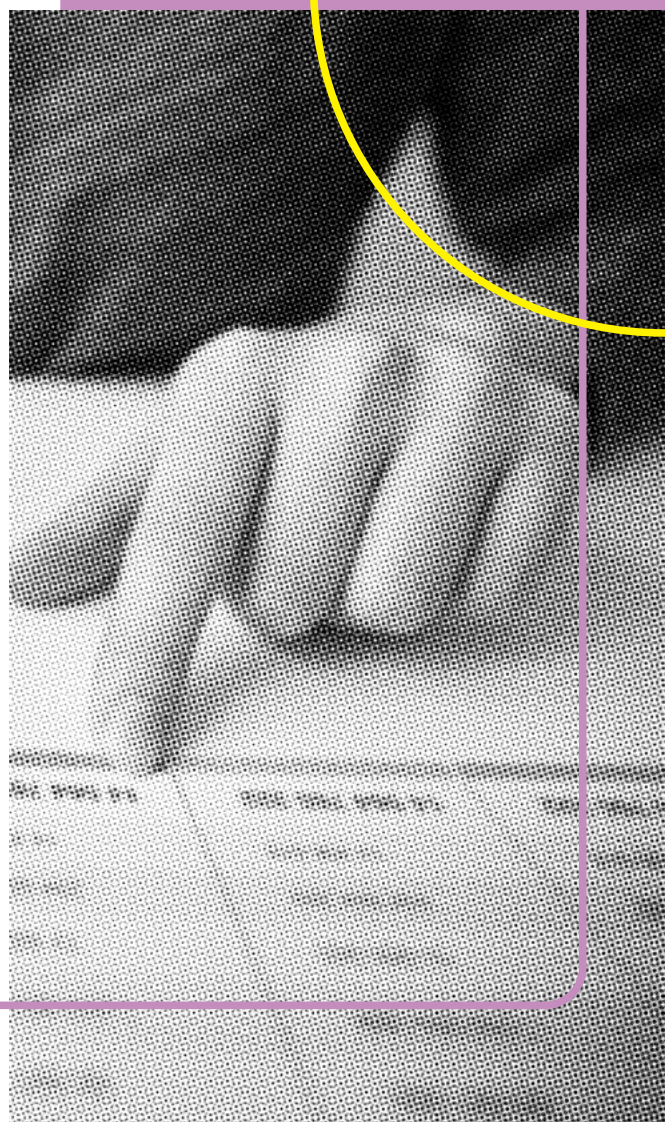
Uma importante ferramenta para reduzir o risco de endividamento desse público é investir na educação financeira para a população 60+. Um exemplo é o Instituto Ânima Sociesc de Pesquisa, Inovação e Cultura, que conta com um projeto chamado “Universidade Aberta à Pessoa Idosa - Escola da Maturidade de Belo Horizonte” que oferece cursos sobre educação financeira para pessoas com mais de 60 anos.

O curso tem por objetivo mostrar ao público-alvo que a educação financeira é fundamental para que os mesmos possam organizar suas finanças, principalmente chamando a atenção sobre o risco de endividamento e envolvendo os familiares no planejamento e controle do orçamento pessoal e familiar, para, assim, evitar empréstimos.

Para pessoas cuja única fonte de renda é a aposentadoria, é muito importante ter consciência que ao contratar um empréstimo consignado, o salário dos próximos meses ou anos será menor, e consequentemente, pode comprometer o orçamento financeiro para este período.

É importante que as ILPIs prestem contas quanto ao uso dos recursos destinados à permanência dos idosos na instituição. É responsabilidade das ILPIs

a preservação da estabilidade financeira e destinar os recursos financeiros do acolhido para sua manutenção na instituição. A mesma deve evitar contrair empréstimos em nome do acolhido, porque isso pode comprometer a capacidade financeira da pessoa idosa em cumprir com a contribuição necessária para sua estadia no lar.



UM PANORAMA DAS ILPIS EM BH

A black and white photograph of two hands. The left hand is positioned on the left side, with the index finger pointing towards the center. The right hand is on the right side, with the index finger pointing towards the center. The hands are positioned as if they are framing the text 'UM PANORAMA DAS ILPIS EM BH'.

Luiza Lambert* e Sofia Fuscaldi**

*Formada em Jornalismo e Relações Públicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), trabalha com comunicação social para o Terceiro Setor na empresa Nenhum Destes e é, também, escritora e fotógrafa.

**Formada em Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), trabalha com comunicação social para o Terceiro Setor na empresa Nenhum Destes e atua como criadora de identidade visual e ilustradora freelancer.



Foto: Alessandra Giovanna

Envelhecer era um privilégio de poucos. No Brasil, a expectativa de vida em 1970 não chegava aos 70 anos. Já em 2019, de acordo com levantamento do IBGE, as pessoas com mais de 60 anos no país somavam quase 32,9 milhões e a tendência de crescimento dessa parcela da população segue aumentando. Sem dúvidas, essa é uma das grandes conquistas brasileiras e mundiais do século XXI, mas ela traz consigo grandes mudanças sociais e um enorme desafio: como garantir a qualidade de vida ao envelhecer?

Entre os diversos equipamentos que buscam assegurar esse direito, estão as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), destinadas ao domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos em condições de liberdade, dignidade e cidadania. Para Alessandra Borges, coordenadora do Instituto Geriátrico Afonso Pena (IGAP), as ILPIs representam para a sociedade e, principalmente, para

os familiares da pessoa idosa, uma garantia da continuidade do cuidado: “muitas vezes, a família não tem condições de cuidar desse idoso em domicílio, e a instituição vem garantir esse cuidado. Eu acho que tem que haver uma mudança na visão da população sobre as ILPIs. A gente já teve um avanço, mas ainda é muito preconceito com o ‘idoso no asilo’, que é o que a gente escuta por aí. Ainda é pouco conhecido, falta uma maior divulgação e oferta desse serviço também para toda a população que precisa, porque, hoje em dia, a gente não consegue atender todo mundo. É essa a importância da ILPI para a população: a garantia de um envelhecimento digno, de um envelhecimento saudável, um envelhecimento com acolhimento”.

Parte do Grupo Santa Casa BH, o IGAP é um instituto socioassistencial fundado em 1912 que oferece moradia e assistência humanizada para pessoas

idosas, localizado no bairro Santa Efigênia, em Belo Horizonte. Ele é uma das 28 ILPIs socioassistenciais existentes na cidade, nas quais estão institucionalizadas 840 pessoas idosas, de acordo com levantamento realizado pelo CeMAIS em fevereiro de 2020. Além das ILPIs sem fins lucrativos, BH também conta com uma rede de 198 ILPIs privadas, segundo dados de 2021 da Vigilância Sanitária.

Sobre a importância das ILPIs no território, Juliana Moreira, coordenadora e responsável técnica do Lar dos Idosos Santo Antônio de Pádua, destaca a visão diferenciada do envelhecimento, o conhecimento técnico e o profissionalismo que as instituições possuem. “Quando os idosos chegam nessa fase da vida, muitas vezes a família não consegue compreender as necessidades básicas deles. Em relação ao respeito, ao cuidado, àquilo que o idoso precisa, poucas pessoas conseguem interpretar e conhecer, e saber lidar com isso é muito difícil. Se a família não dá conta de cuidar ou se existe realmente uma insuficiência familiar, quando o idoso vem morar conosco, ele percebe a qualidade de vida que ele ganha. Dentro da instituição, ele ganha vida, porque nós trabalhamos a prevenção e nós trabalhamos da melhor forma para prolongar a vida dele aqui dentro”, relata Juliana.

O Lar dos Idosos Santo Antônio de Pádua está localizado no bairro Venda Nova, em Belo Horizonte, e é uma das 24 ILPIs socioassistenciais que possuem parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). Esse modelo de parceria entre governo e organizações sociais para garantir a proteção social pública passou a ser adotado no Brasil quando instituiu-se o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005. As ILPIs parceirizadas, então, integram o serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade do SUAS, seguindo as normativas e orientações definidas pela Política Pública.

O acolhimento institucional nessas unidades está previsto para pessoas idosas que não dispõem de condições para permanecer com a família por vários motivos, como vivência de situações de violência, de negligência, estarem em situação de rua, de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos. Segundo José Crus, Subsecretário Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte, o Estado tem o dever de prover proteção social para famílias e indivíduos que requerem do Estado essa proteção, mas a institucionalização é o último recurso, uma medida excepcional, esgotadas as demais possibilidades. Por isso, existem diversos serviços e um longo caminho a ser percorrido antes que seja determinada a institucionalização pelo SUAS.



O percurso técnico-metodológico para a institucionalização¹

1. Família ou pessoa idosa procura ou é identificada pelo CRAS, pelo CREAS ou pelo Serviço de Proteção Social Básica Regional² do território onde reside.
2. As equipes de referência dos CRAS, dos CREAS ou do Serviço de Proteção Social Básica Regional desenvolvem um trabalho social com a família para superação da situação e encaminhamento correto em cada caso³.
3. Em casos de institucionalização, é necessária a voluntariedade ao acolhimento, se a pessoa idosa for lúcida. Para os curatelados, a indicação deve ser expressa pelo curador.
4. Após a manifestação de interesse, a documentação necessária é requisitada, além de um relatório médico com indicação do grau de dependência da pessoa idosa e com a indicação de eventuais agravos de saúde.
5. A equipe técnica emite o relatório técnico socioassistencial, encaminhando a pessoa idosa para uma Unidade de Acolhimento Institucional.
6. O relatório é encaminhado para a Central de Vagas do SUAS, que faz a análise da situação e a captação das vagas junto às 24 ILPIs parceiras, de acordo com o perfil da pessoa idosa.
7. Após a liberação da vaga, a equipe da ILPI é acionada e realiza uma visita à pessoa idosa para conhecimento do usuário e eventual discussão do caso com a rede da Assistência Social e de Saúde do território onde ela vive.
8. O acolhimento é realizado pela ILPI.

¹ Construído com base em entrevista realizada com José Crus, Subsecretário Municipal de Assistência Social de BH

² CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS):

- Finalidade de prevenção à violação de direitos por meio do fortalecimento do caráter protetivo da família.
- Em Belo Horizonte, existem 34 unidades.
- Efetiva-se por meio de três serviços:

a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

Trabalho social de caráter continuado com famílias vulneráveis

b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;

Atendimento em grupo, oferecendo atividades culturais, artísticas, de lazer, entre outras.

c) Programa Maior Cuidado

Vai a domicílio para proteger a população idosa com alguma situação de desproteção social.

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS):

- Faz o atendimento e o acompanhamento especializado a famílias que tiveram alguma situação de violação de direito, mas não houve ruptura de vínculo.
- Em Belo Horizonte, existem 9 unidades, uma em cada regional da cidade.
- Para a pessoa idosa, efetiva-se por meio do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias (SPEPDI).

SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA REGIONAL

- Desenvolve trabalho social de apoio e orientação às famílias e indivíduos residentes em territórios em que não há cobertura de CRAS.
- Em Belo Horizonte, o serviço funciona na Diretoria Regional de Assistência Social (DRAS). Existem 9 unidades, uma em cada região da cidade.

³ O acesso aos serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda oferecidos pelo governo são regulados pelo Conselho Nacional de Assistência Social, por meio da Resolução nº 109/2011, que aprova a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais. É a partir dessa regulação que o encaminhamento é decidido. O acesso às ILPIs parceirizadas, sendo este um dos serviços oferecidos, também é regulamentado por essa resolução.



Como se dá a parceria

“É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.” Art. 3 da Lei n.º 10.741, que institui o Estatuto do Idoso em 2003.

Na interseção das responsabilidades da família, da sociedade e do poder público para garantir os direitos assegurados à pessoa idosa pelo Estatuto do Idoso, está a parceria que viabiliza o funcionamento das ILPIs socioassistenciais. Em Belo Horizonte, as instituições parceirizadas contam com três frentes de financiamento:

- Repasse mensal direto de verbas do Fundo Municipal de Assistência Social;
- Autorização de utilização de 70% do benefício de prestação continuada (BPC) ou da aposentadoria do idoso;
- Caso tenham o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas), direito à isenção da cota previdenciária patronal.

Além desses recursos, as ILPIs contam com doações e arrecadações por meio de eventos para se manterem e a Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte fornece todos os gêneros alimentícios para as unidades parceiras, incluindo supervisão técnica por nutricionistas.

Até 2021, o repasse mensal feito pela PBH levava em consideração o grau de dependência dos idosos acolhidos, formato que foi superado após um estudo de custos realizado pelo Poder Público, que delineou uma nova forma de organização para o repasse, reajustando, assim, o valor das parcelas. “Isso era uma questão muito delicada, muito complexa, que nós vivenciávamos na gestão pública. Então, nós fizemos esse estudo de custo e rompemos com a lógica de financiar por grau de dependência, dando lugar ao chamado financiamento pela capacidade instalada, que é o que equivale a dizer que todas as vagas têm o mesmo padrão de custo”, afirma José Crus.

A lógica de financiamento pela capacidade instalada leva em consideração o pleno funcionamento da instituição em sua capacidade máxima de ocupação, oportunizando, em teoria, que ela mantenha seu quadro de funcionários e sua operação normal estando, ou não, com vagas disponíveis. O repasse

atual, segundo o Subsecretário de Assistência Social, é de, em média, 3.500 reais mensais por idoso, o que significou um aumento de aproximadamente 50% ou até mais de 100% no valor do repasse, dependendo da unidade.

Para instituições como o Lar dos Idosos Santo Antônio de Pádua, que conta com um elevado número de idosos completamente dependentes e que exigem acompanhamento especializado, o reajuste não consegue atender à realidade financeira da unidade. Segundo levantamento interno feito pelo IGAP, os cuidados de um idoso com grau III de dependência têm custo mensal de cerca de 6 mil reais, valor distante do que hoje é recebido pelas ILPIs socioassistenciais da capital mineira.

“A Prefeitura deu o aumento a todas as ILPIs, mas não atendeu a todas. As ILPIs que não atendiam idosos grau III ou atendiam um número muito pequeno



ganharam um tempo para fazer as suas adequações. Alegam que não conseguiram ainda instalar uma porta diferenciada, comprar uma cama hospitalar. Enquanto isso, a ILPI que já atendia grau III continua recebendo o mesmo público de idosos, porque já estamos adaptadas. E esse público exige um gasto maior com as questões de saúde”, conta Juliana Moreira, coordenadora do Lar dos Idosos Santo Antônio de Pádua.

Ildete Gomes Santos, ex-presidente do Lar dos Idosos Santo Antônio de Pádua e atual Secretária do Conselho Central Imaculada Santa Conceição, destaca a falta de interligação entre a rede de proteção à pessoa idosa: “A rede não conversa, esse casamento não existe. Por sermos parceiros da Secretaria de Assistência Social, ela nos encaminha idosos com dependência

total da Saúde. Com fragilidades, com demências. A exigência da Prefeitura é termos o profissional cuidador de pessoas idosas, mas a Vigilância Sanitária informa que o cuidador não pode medicar o idoso. Por isso, aqui temos técnico de enfermagem. Temos fisioterapeuta, porque o Centro de Saúde nunca conseguiu nos atender em relação a isso. Nesse momento, deveria haver a participação da Saúde, e não tem, a instituição está sozinha. Prestamos serviços da Saúde, mas não recebemos verba da Saúde para prestar esse serviço”.

No Brasil, existe um histórico de violência e privação da convivência nos antigos asilos. Por isso, José Crus levanta a importância de romper com isso nas instituições: “Nós não queremos uma unidade total, nós fizemos uma ruptura com isso há



Foto: Acervo CeMAIS

muito tempo, quando chegava tudo para o pobre, para o vulnerável, dentro de uma única unidade. Nós temos que fomentar o convívio, a autonomia da pessoa idosa, para que ela possa acessar todos os seus direitos de saúde, de educação, de cultura, de esporte, de convívio. Isso é um esforço institucional e é diretriz do Sistema Único de Assistência Social. Nós temos, em Belo Horizonte, uma referência muito expressiva da participação da Saúde nas unidades. Nós contamos com o Centro de Saúde daquele território e com as equipes que chegam a domicílio, que chegam também dentro das unidades de acolhimento institucional”.

O diálogo na rede

“A gente sonha com uma interligação de redes colorida, uma coisa bonita, e a gente não consegue. Isso é só no sonho” - Ildete Santos

Rosângela Rodrigues, presidente do Lar Santo Antônio de Pádua, Ildete e Juliana alertam sobre a falta de comunicação entre o governo e o terceiro setor. Segundo elas, a burocracia é demorada e as informações da rede chegam desatualizadas à instituição. São recorrentes os casos em que idosos são encaminhados pela Central de Vagas para o acolhimento e, quando a instituição faz contato com a pessoa idosa, ela já faleceu ou foi institucionalizada em outra ILPI socioassistencial.

Outra situação comum é a demanda espontânea, pessoas idosas e famílias que chegam à ILPI solicitando a institucionalização. O Lar informa que é preciso procurar o CRAS ou o CREAS da região, mas muitas pessoas retornam à instituição dizendo que a equipe técnica informou que não existem



Foto: Alessandra Giovanna

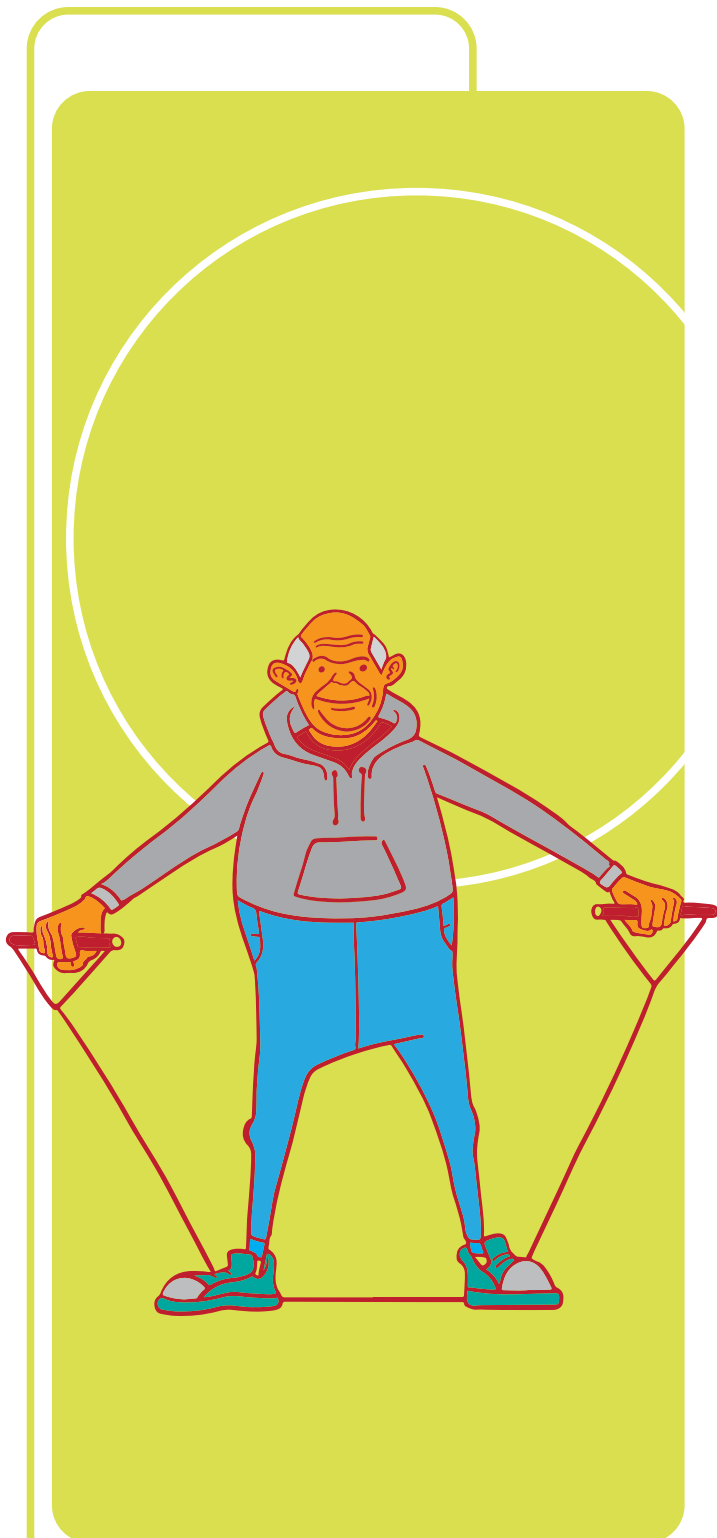


vagas disponíveis. “Eu faço um bilhete: ‘O Lar dos Idosos Santo Antônio possui x vagas femininas e x masculinas’. O técnico fica chateado, manda uma resposta por e-mail dizendo que não é preciso falar quantas vagas temos, que isso não é uma responsabilidade da ILPI. E não é, mas estão mandando o nosso público embora. A comunidade bate à porta. Nós, vicentinos, conhecemos muito o público da região em que a gente trabalha. A gente vai às favelas, às regiões mais pobres para visitar os necessitados, a gente conhece as demandas de quem pede vaga para nós”, conta Ildete.

Para José Crus, o diálogo existe: “nós temos colegiados mensais com todas as coordenações de todas as unidades para tratar dos processos técnico-metodológicos, nós acompanhamos essa rede. Tem apoio, tem qualificação profissional, tem toda a retaguarda da gestão. Mas, para acesso às vagas, tem um percurso

para aferir o quanto de proteção o cidadão requer. Vamos ampliando as proteções sociais de acordo com as necessidades, por isso não pode chegar direto lá, batendo na porta da unidade”. Ele reforça a importância de se ter um olhar amplo, de não olhar a pessoa idosa de forma isolada ou olhar a Unidade de Acolhimento isolada de um Sistema Público de Assistência Social.

Apesar dos diversos entraves, Alessandra Borges, Coordenadora do IGAP, enfatiza o avanço nas políticas públicas de atendimento à pessoa idosa em Belo Horizonte: “A cidade está avançada, por exemplo, com a participação da Prefeitura na renda per capita, algumas prefeituras nem têm essa parceria com as instituições. Quando têm, é um valor muito pequeno, então, aqui, a Prefeitura de Belo Horizonte vem caminhando, o Conselho Municipal do Idoso vem trabalhando de forma séria, está avançando, existe



muita discussão sobre as políticas públicas voltadas para o idoso. As organizações envolvidas, como o Ce-MAIS, estão muito engajadas nessa ação, as pessoas que participam, que criam essa rede para que as instituições sejam beneficiadas de forma conjunta. Não adianta eu ir lá na Prefeitura sozinha pedir algo, mas quando vão as 28 socioassistenciais, a coisa muda de figura. Quando a gente mostra o trabalho que estamos fazendo, a gente é importante”.

Karinne Ferreira, proprietária do Residencial Santé, uma ILPI particular em Belo Horizonte, fala da necessidade de lapidar as relações intersetoriais entre governo e ILPIs, tanto privadas quanto socioassistenciais: “A gente precisa se sensibilizar de que a Vigilância Sanitária, o Ministério Público e o Conselho Municipal estão ali não com a questão do cobrar.

O cobrar é obrigatório, mas está muito além. Está relacionado a como nós, gestores das ILPIs, somos flexíveis e aceitamos o quanto o outro pode ajudar no nosso processo de gestão e de qualidade de trabalho. Parar de ver o outro como inimigo e passar a ver o outro como parceiro”.

O cenário das ILPIs particulares em BH

“Não só ter um lugar para ir, mas ter um lugar bom pra ir. Não só um lugar, mas aquele lugar. Isso faz a diferença” - Karinne Ferreira, proprietária do Residencial Santé.

Além das instituições socioassistenciais, outra opção de acolhimento para a pessoa idosa em Belo Horizonte são as ILPIs particulares. Segundo dados apresentados pela Vigilância Sanitária, o número de ILPIs privadas no município saltou de 30, em 2006,

para 198, em 2021, com crescimento de 660% em 15 anos. Os dados também indicam aumento na população 60+ da capital, que saiu de 204 mil, em 2006, para 400 mil, em 2021.

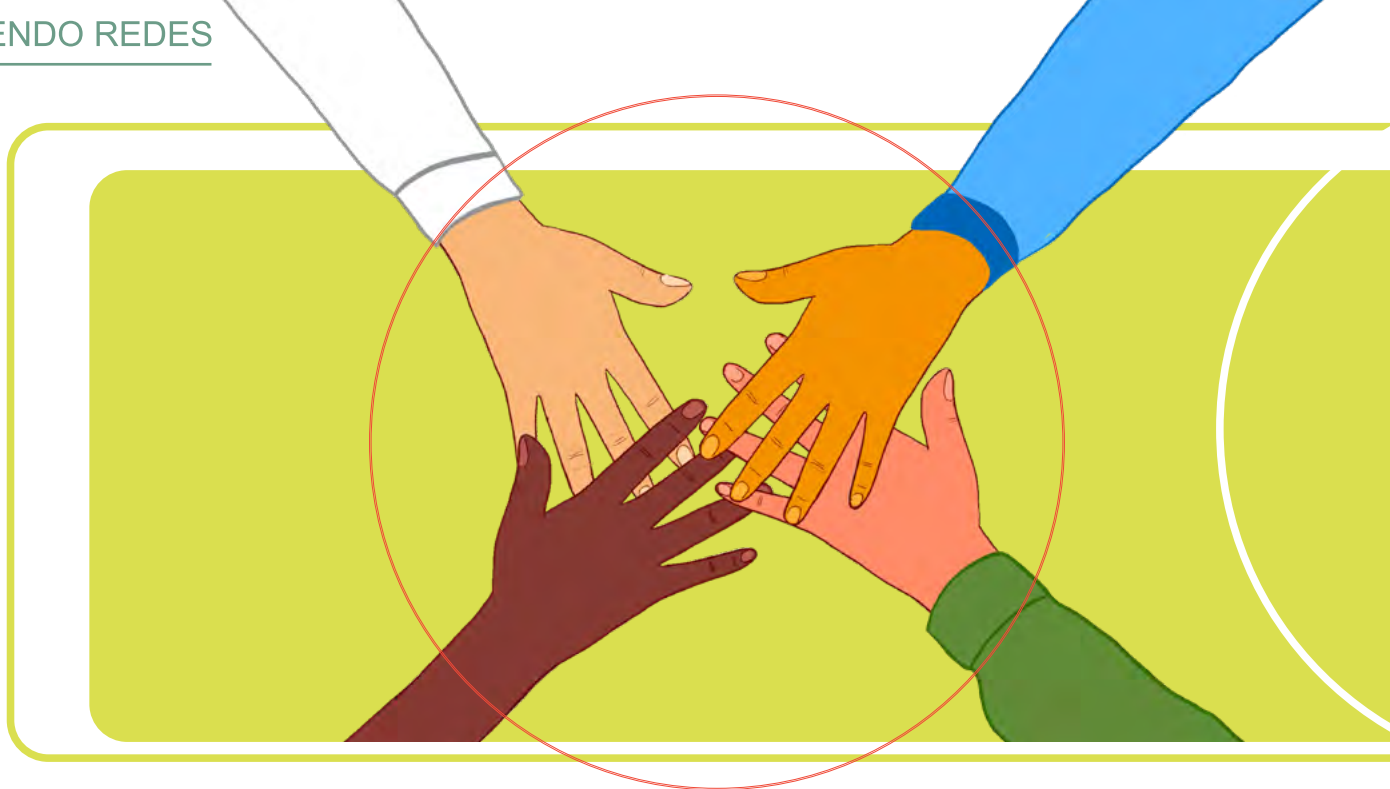
O Residencial Santé é uma das instituições privadas criadas nesse período, que conta com duas unidades na cidade, uma no bairro Estoril e outra no Serra. Karinne Ferreira, enfermeira e fundadora do Santé, conta que a empresa surgiu da vontade de criar uma casa em que a pessoa idosa pudesse morar e realmente se sentir dentro de um lar e não de uma clínica, de um hospital ou dentro da casa do outro. Ela relata que cada residência vai ter características diferentes e, por isso, atender pessoas diferentes: “quando a gente pensa em acolhimento, a gente pensa no perfil desse idoso e também pensa no perfil dessa casa. É um casamento”.

A classe social atendida pelas ILPIs privadas e o grau de dependência apresentado pelos idosos variam

muito. “Existe, desde aquela família que tem uma classe social alta e não quer gastar nada, àquela família que é muito simples, mas que todos os filhos se juntam para dar uma qualidade de vida excelente para o pai. E tem uma outra situação que é a classe média, que busca um valor acessível, que quer continuar interagindo com os pais, levando para tomar um café aos fins de semana”, afirma Karinne.

A enfermeira destaca, ainda, que a participação da família na vida da pessoa idosa acolhida no Santé é essencial e, inclusive, consta em contrato. Residir em uma instituição não é o mesmo que ser abandonada, mas esse estigma ainda está muito presente na sociedade. Muitos familiares possuem um sentimento de insegurança, que passa pelo medo de não conseguir cuidar do idoso por conta própria e pelo receio de a quem confiar esses cuidados. O estabelecimento de uma relação de confiança com a família faz parte do processo decisório pela mudança da pessoa idosa para uma instituição de longa permanência e, para





oferecer essa segurança e cuidado, Karinne acredita que as ILPIs privadas precisam enxergar-se para além de um negócio. “Somos empresa, isso é fato, pagamos aluguel, pagamos funcionários, mas somos uma empresa de gente que cuida de gente. Se a gente perder essa essência, não dá certo. Para funcionar, você tem que gostar de estar aqui dentro. Isso é a nossa vida, é um trabalho muito grande no sentido de trazer amor”, afirma.

E quem não tem dinheiro para pagar e não tem o perfil do SUAS?

Alessandra Borges, do IGAP, notou um aumento na procura pela institucionalização durante a pandemia. “Como aqui não somos parceirizados com a Prefeitura, a procura é direta. De 2020 para 2021, mais do que dobrou a procura por institucionalização, principalmente de homens, triplicou, se compararmos com 2019. Hoje, tenho solicitações aqui na instituição de mais de 300 pessoas na fila de espera”.

Entre as pessoas com alto grau de vulnerabilidade e perda de vínculo familiar e as famílias que conseguem

bancar uma ILPI particular, existe um “limbo”. Um grupo de pessoas idosas que desejam ser institucionalizadas ou que a família não consegue fornecer todos os cuidados necessários em casa. O Grupo de Trabalho do Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Belo Horizonte (CMI/BH) identificou que, para suprir essa necessidade, surgiram ILPIs com fins lucrativos que não são formalizadas, mas acolhem pessoas idosas.

Segundo o GT, essas unidades podem colocar em risco a segurança e integridade física dos idosos, pois não aderem às normas da Vigilância Sanitária e não oferecem a estrutura e os profissionais necessários para garantir os cuidados básicos aos idosos, o que, muitas vezes, pode desencadear cenários de negligência e maus tratos.

Para Alessandra, essas instituições não têm um papel de cuidado com o idoso. “Nós temos inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social, no Conselho Municipal do Idoso, seguimos todas as regras da Vigilância Sanitária, temos contato com os Centros de Saúde. Instituições clandestinas querem ficar escondidas para pegar o dinheiro do idoso sem prestar o devido cuidado”, ela relata.

Sabe-se que existem instituições clandestinas que buscam beneficiar-se em detrimento da pessoa idosa, mas, muitas delas têm início em um trabalho filantrópico; pessoas que sabem que existem idosos em sua comunidade que precisam de cuidados e querem ajudar, mas não conseguem arcar financeiramente com os gastos para oficialização ou não entendem a burocracia para tornarem-se OSCs.

Além das consequências negativas advindas da pandemia, o cenário político atual também não é benéfico para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Pessoa Idosa.

“Nós estamos muito preocupados, enquanto gestores públicos, com o contexto que estamos vivenciando. São muitas rupturas de benefícios, de transferência de renda. Eu tenho falado que têm mãos de ferro do governo federal na vida da população vulnerável. Muita subtração de direitos, muitas incertezas, muitas inseguranças” - José Crus





Foto: Acervo CeMAIS

Todos os serviços e unidades da Assistência Social têm corresponsabilidade de todos os entes federados, ou seja, a união, o estado e o município. José Crus salienta que “nós estamos vivenciando o desfinanciamento e o subfinanciamento da Política de Assistência Social por parte do governo federal e do governo do estado. Efeitos perversos da chamada Emenda Constitucional 95, que congela por 20 anos os investimentos nas políticas públicas e sociais. O município tem assumido e arcado com 100% desses recursos. Temos amigos, colegas gestores de outros municípios que estão fechando serviços porque não têm arrecadação. Num contexto de agravamento da pobreza, o retorno da fome, da

miséria, tudo isso que nós estamos vivenciando nos últimos anos têm impactado muito a rede de proteção social, em especial, para a população idosa”.

Ademais, existe ainda uma questão histórica a ser superada. José Crus explica que o Sistema de Proteção Social atual é muito recente e, antes, estava baseado na caridade, no favor, sem regras, sem diretriz do Estado. Historicamente, o Estado era esse que fiscalizava, culpabilizava a família pela situação da pessoa idosa. Essa mudança de visão foi muito importante, mas conseguir fazer com que a informação chegue às famílias ainda é um grande desafio para a rede.

Como é a vida de quem mora em uma ILPI

No Lar dos Idosos Santo Antônio de Pádua, ILPI socioassistencial, a rotina dentro da casa sofreu diversas mudanças com a pandemia. Antes, grupos de teatro faziam apresentações no Lar, voluntários traziam atividades lúdicas e a equipe planejava passeios. Agora, o contato com o ambiente externo diminuiu, mas, ainda assim, a casa continua realizando festividades, rodas de conversa, comemorando o dia dos aniversariantes e dia das mães e os moradores escutam música e tomam banho de sol diariamente. Apesar das dificuldades trazidas, a pandemia também estimulou um aspecto positivo: a inclusão digital.

“Com o acesso à tecnologia, nós tivemos um ganho. Antes da pandemia, nós não tínhamos o número de visitas e chamadas que temos hoje. Hoje, o familiar, mesmo estando distante,

se aproximou, e isso ajuda muito os idosos. Eles usam tablets e celulares e matam a saudade da família através de ligações de vídeo. No início, foi muito difícil para os idosos encararem essa realidade, mas hoje eles assistem culto online, ouvem música e tem o projeto Gentileza Digital, que vêm nos dando um grande apoio em relação a isso, com a disponibilização de vídeos e jogos voltados para o idoso”, explica Juliana Moreira, coordenadora da casa.

Os residentes têm liberdade dentro do Lar, mas não conseguem sair por conta própria. Juliana conta que, infelizmente, a maioria não possui vínculo com familiares que participam da vida dos idosos. Alessandra Borges, coordenadora do IGAP, traz esse aspecto como um ponto a ser melhor trabalhado nas ILPIs: “Eu acho que as ILPIs ainda têm que avançar muito para

tentar manter a autonomia do idoso dentro da instituição. Muitas, por falta de condições mesmo, não conseguem. Até por causa do perfil do idoso que mora na instituição, a maioria é totalmente dependente e com algum déficit cognitivo. Ainda temos que caminhar um longo percurso para conseguirmos preservar essa autonomia, para que aqui seja a casa do idoso, onde ele vai poder sair se quiser, ir ao banco...”

Já no Residencial Santé, ILPI particular, a relação das pessoas idosas com a família é mais próxima. A equipe informa à família o cronograma de atividades da pessoa idosa, para que os familiares planejem-se para visitar e marcar consultas sem prejudicar os horários de fisioterapia ou eventos da ILPI. Anteriormente à pandemia, os familiares compareciam nos horários de visita, levavam o idoso para

lanchar, passar o fim de semana no sítio com os filhos ou para sessões de fisioterapia. Agora, na pós-pandemia, a visitação é regradada e, para passear com a família, a pessoa idosa precisa realizar o teste de Covid-19 ao retornar à ILPI.

Karinne Ferreira, proprietária do Santé, afirma que é impossível estabelecer uma rotina única para todos dentro da casa. “Cada um tem o tempo de acordar, o jeito que gosta de tomar o seu café da manhã. Tem gente que gosta de acordar 10h da manhã, então, temos um café da manhã que começa às 6h30 e vai até 10h. A pessoa tem que se sentir em casa, de poder falar ‘domingo é bom pra comer frango assado e maionese’ e a cozinheira tem que ter essa sensibilidade - ‘nossa, no cardápio tava uma lasanha, mas eu consigo adaptar e fazer um frango assado’. E, na hora que Dona Terezinha vai almoçar, ter o frango assado que ela queria”.



CULTURA E INTEGRAÇÃO COMO INSTRUMENTOS DE *TRANSFORMAÇÃO* *SOCIAL*

CDM e Instituto Hahaha estimulam o lazer e a vida social e cultural da pessoa idosa, possibilitando a interação e o desenvolvimento em todas as suas relações e potencialidades

Hellen Trindade

Supervisora de Comunicação CDM



Foto: Leandro Perez

“O tempo não para”, já dizia o grande cantor e compositor Cazuza. A chegada aos 60 anos é o tempo de encarar uma etapa da vida com um novo olhar, valorizando os aspectos positivos do envelhecimento e desmistificando qualquer preconceito e desvalorização da pessoa idosa diante dos estigmas sociais enraizados na sociedade. E, para que esse tempo não pare, é preciso promover o acesso à educação, cultura, lazer e esporte, direitos previstos no Estatuto do Idoso - Art. 20. “A pessoa idosa tem direito à educação, cultura, esporte, lazer, diversão, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.” (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022).

Aos 77 anos, pai e avô, José Patrocínio da Mata pinta panos de prato, uma paixão vinda de uma ativi-

dade realizada no projeto Saber Viver promovido pela CDM – Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana. A CDM, através desse projeto, trabalha diversas temáticas com os idosos da região do Barreiro, em Belo Horizonte, como o autoconhecimento, valores, habilidades e competências, saúde e bem-estar, organização e planejamento, educação financeira e mídias digitais.

“O que mais me chamou atenção no projeto foi quando eu precisei fazer uma pinturinha de algo que retratasse a vida da gente. Eu sempre tive vontade de pintar, mas não tinha tido nenhuma iniciativa, nunca pinte nada. O Saber Viver foi a inspiração que precisava para começar”, conta com entusiasmo o Sr. Patrocínio, como gosta de ser chamado. E ele



não para. Atualmente, está fazendo curso de pintura e está aprendendo a tocar violão. “É uma forma de arejar a cabeça, não me sentir velho, incapaz, quero aprender mais, evoluir”.

Para Eudson Almeida, Educador Social da CDM e atual presidente do CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social de Sete Lagoas, o impacto dessas ações está no valor da pessoa idosa a partir da identificação de suas potencialidades e habilidades. “É a possibilidade da troca, da energia positiva gerada a partir da construção e ampliação dos olhares proporcionados nestes ambientes. A força de reconhecer as histórias por trás de cada indivíduo, a riqueza e potência existentes em cada sorriso, brilho no olhar e na

voz que ecoa o desejo de viver mais e melhor, enfim, uma contínua ação dos sujeitos inseridos no grupo”.

Também em Sete Lagoas, no Programa Próximo Passo, sob a gestão da CDM, a música tem sido a transformação na vida de muitas pessoas, como a da Marilander Geralda de Souza Moreira, mais conhecida como “Nan”, de 65 anos. Sempre muito presente e participativa, passou por todas as atividades ofertadas pelo programa. Dentro da estrutura do Próximo Passo há projetos complementares, dentre eles, o Artidade, direcionado ao público idoso. O foco desse projeto é a socialização por meio de oficinas de musicalização, incluindo a participação e contribuição comunitária, com oficinas de plantas alimentícias não convencionais.

A Nan participou regularmente das atividades desse projeto. “Quando me convidaram, eu falei que iria entrar para o canto e ficar só olhando, mas acabei me descobrindo. A música transforma muito, ela é um desabafo. A gente pode sair de casa de um jeito e voltar de outro. Se você está triste e abre a boca pra cantar, pronto, vai embora, esquece de tudo naquele momento, o coração fica a mil, eu amo”, confessou Nan, com brilhos nos olhos. Casada e mãe de duas filhas, ela é moradora do bairro Cidade de Deus, em Sete Lagoas, e contou como os projetos culturais são importantes para os moradores. “Eles nos transformam, tudo que vivi e vivo é conhecimento. O programa nos deu acesso a lugares que não imaginávamos conhecer, muita gente nem nunca tinha saído do bairro e pôde ir ao teatro, museu, cinema”.

Brincadeiras e diversão são para todas as idades

Os acessos à arte, cultura, lazer e cidadania para pessoa idosa devem ser iguais, mesmo em diferentes locais, condições e realidades, sejam em comunidades, bairros, Instituições de Longas Permanência para Idosos - ILPIs ou hospitais. E a cooperação para esse intuito não para. O Instituto Hahaha, por exemplo, busca favorecer, em especial, o acesso à cultura nas ILPIs e em hospitais, por meio da articulação e sensibilização sobre a importância da arte no fortalecimento e promoção da cidadania do idoso com restrição de convivência temporária ou permanente. Esse atendimento proporciona momentos de descontração e interação e reduz a ansiedade e a sensação de solidão geradas pelo distanciamento das famílias e ambientes sociais, além de promover o vínculo e o afeto com os idosos, por meio das intervenções artísticas.



“Em dez anos de trabalho, o que destaco é a capacidade de transformar vidas por meio da cultura. É como se o Instituto Hahaha levasse um número de espetáculo para cada pessoa que ele atende, uma enquete feita em tempo real e a partir do encontro com cada um. O que fica para mim é que todo paciente, em qualquer estado de saúde, tem o querer brincar dentro de si e o direito de brincar. É nessa portinha que o paciente abre, que embarcamos com eles e, nisso, está a mágica da palhaçaria profissional. Todo mundo tem dentro de si o querer rir, se divertir”, afirma Elen Couto, co-fundadora do Instituto Hahaha.

Desenvolvimento integral

O envelhecimento, atualmente, faz parte da realidade da maioria das sociedades, produzindo mudanças no perfil populacional e novos desafios com consequências diretas para o sistema de saúde pública. É da natureza humana e, independente de raça ou gênero, as pessoas envelhecem. Embora com variações de pessoa para pessoa, é um processo universal.

Por isso, destaca-se a importância de proporcionar à pessoa idosa oportunidades de ser, cada vez mais, protagonista de si mesma, possibilitando o aumento da autoestima, a humanização, a socialização e o fortalecimento de vínculos, contribuindo para o envelhecimento saudável.

“As ações que têm sido realizadas pelo Instituto Hahaha trazem leveza e confiança para as famílias. É um trabalho que tem beneficiado muito a recuperação dos pacientes. As ações humanizam o atendimento. A arte transforma e humaniza, e não só falando de pacientes, mas para os colaboradores envolvidos na ação, traz uma nova experiência, conexão e confiança. O sorriso e a alegria também são terapêuticos”, afirma Ana Carolina de Souza, presidente da Associação Paulo de Tarso, que desde 2018 é atendida pelo Hahaha.

Com a presença dos palhaços nos espaços, os pacientes ficam mais à vontade com o ambiente hospitalar, ficam mais ativos, mais colaborativos com os profissionais da saúde no tratamento. “O palhaço alimenta o lado saudável do paciente, injeta doses de arte e alegria! Neste retorno para o presencial, os palhaços estão se deparando com uma sociedade traumatizada, o que nos faz perceber que temos muito o que fazer! Para o público idoso acolhido em instituições, vemos o impacto do encontro, da escuta, da valorização da memória, por exemplo, quando se canta uma música e ativa momentos e histórias do idoso ou idosa, promovendo sensação de bem-estar e de reconhecimento de quem são e de suas vidas”, afirma Gyuliana Duarte, artista palhaça e co-fundadora do Instituto Hahaha.

Promover o desenvolvimento humano integral a partir das próprias potencialidades e engajar a pessoa na corresponsabilidade referente à mudança da realidade social onde vive faz parte dos projetos da CDM. Dessa forma, todas as vivências, encontros e oficinas são desenvolvidos para fortalecer o patrimônio humano, como reforça o educador Eudson: “os vínculos desenvolvidos e estreitados do indivíduo com o coletivo fazem da chama do pertencimento uma fonte perene de bem-estar social além de serem agentes de prevenção do adoecimento mental uns dos outros”.



COOPERAÇÃO QUE NÃO PARA

CDM

A CDM é uma organização sem fins econômicos que, há mais de 35 anos, realiza ações de planejamento, gestão, execução e avaliação de programas e projetos sociais, de voluntariado corporativo e de eficiência energética – todos alinhados às demandas e especificidades de cada cliente e localidade. Nos últimos dois anos, foram 30 projetos realizados e mais de 46 mil pessoas beneficiadas diretamente, dentre crianças, jovens e idosos.

Em alinhamento com a Agenda 2030 da ONU, os projetos da CDM atuam integral ou parcialmente em 11 dos 17 ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, contribuindo para as metas de acordo com a especificidade da atividade proposta, do público atendido e período de realização, além do engajamento e adesão das instituições locais.

Instituto Hahaha

O Instituto Hahaha é uma organização sociocultural da sociedade civil que promove a arte do palhaço em espaços de saúde e ambientes de vulnerabilidade social. Com a missão de colocar o riso a serviço da vida, busca garantir o direito e acesso à arte e à cultura para crianças, adolescentes, adultos, idosos, seus familiares, profissionais de saúde e equipe técnica das instituições atendidas.

O campo de atuação abrange três eixos: o programa de intervenções artísticas de palhaços profissionais em hospitais, Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas e Unidades de Acolhimento. A ampliação para o atendimento ao público idoso teve início em 2018 e, até o momento, foram atendidas 50.817 pessoas, entre pacientes, acompanhantes e corpo técnico. Dos atendimentos gerais para todos os públicos, o Instituto Hahaha acumula, desde 2012, mais de um milhão de pessoas atendidas.

EMPREENDEDEDORISMO

60

A GESTÃO PROFISSIONALIZADA DAS ILPIS

Taiany Gonçalves

Envelhecer com qualidade. Nunca esse pensamento esteve tão presente na sociedade. Nunca se falou tanto sobre a importância de governos, setor privado e Terceiro Setor dialogarem e criarem políticas e programas eficazes para o cuidado com a pessoa idosa.

E não poderia ser diferente. Afinal, segundo a [Organização Mundial da Saúde \(OMS\)](#), até 2050,

o número de pessoas com idade superior a 60 anos ultrapassará os 2 bilhões.

No Brasil, a realidade segue a mesma. Estima-se que, em [2030](#), o país terá a quinta população mais idosa do mundo. E pasmem-se: 2030 está logo aí!

Inclusive, como reflexo desse aumento da população idosa e das necessidades oriundas dele, a Assembleia

Formada em Relações Públicas e Jornalismo pela UFMG. É produtora de conteúdo e mentora de redação na Narrativas Comunicação. Acredita no poder transformador da leitura e da escrita e, por isso, procura contribuir das mais variadas formas para que elas se espalhem por aí.

Geral das Nações Unidas declarou o período entre 2021 e 2030 como a Década do Envelhecimento Saudável, um simbólico pedido para que o mundo se mobilize nessa causa.

Felizmente, nesse cenário, existem as Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas (IL-PIs), que se apresentam como importantes lugares de acolhimento e cuidado hoje – e cada vez mais, sabemos que não basta apenas dar carinho e assistência à pessoa idosa. É preciso que haja uma gestão profissionalizada nas instituições para que o envelhecimento seja realmente saudável.

O empreendedorismo 60+

O surgimento de locais formais para acolhimento à pessoa idosa não é recente. No Brasil, as instituições

filantrópicas para acolher pessoas vulneráveis, incluindo idosos, começaram a surgir ainda no final do século XIX. A prática da época, e que atravessou décadas, era a do assistencialismo, sob a ótica da caridade e da benevolência.

No entanto, a partir da Constituição Federal de 1988, de legislações que reforçam o direito do indivíduo e de instrumentos jurídicos que valorizam as atividades das Organizações da Sociedade Civil (OSC), como o Marco Regulatório (Lei 13.019), as práticas começaram a ser voltadas para a garantia de direitos, o que mudou os rumos na gestão das ILPIs. Para garantir os direitos da pessoa idosa, as instituições precisaram se profissionalizar. Capacitar gestores e funcionários, cuidar dos recursos humanos, atender às exigências cobradas pelos mais diversos órgãos, prestar contas e pagar corretamente o salário do quadro funcional, que também se tornou maior.

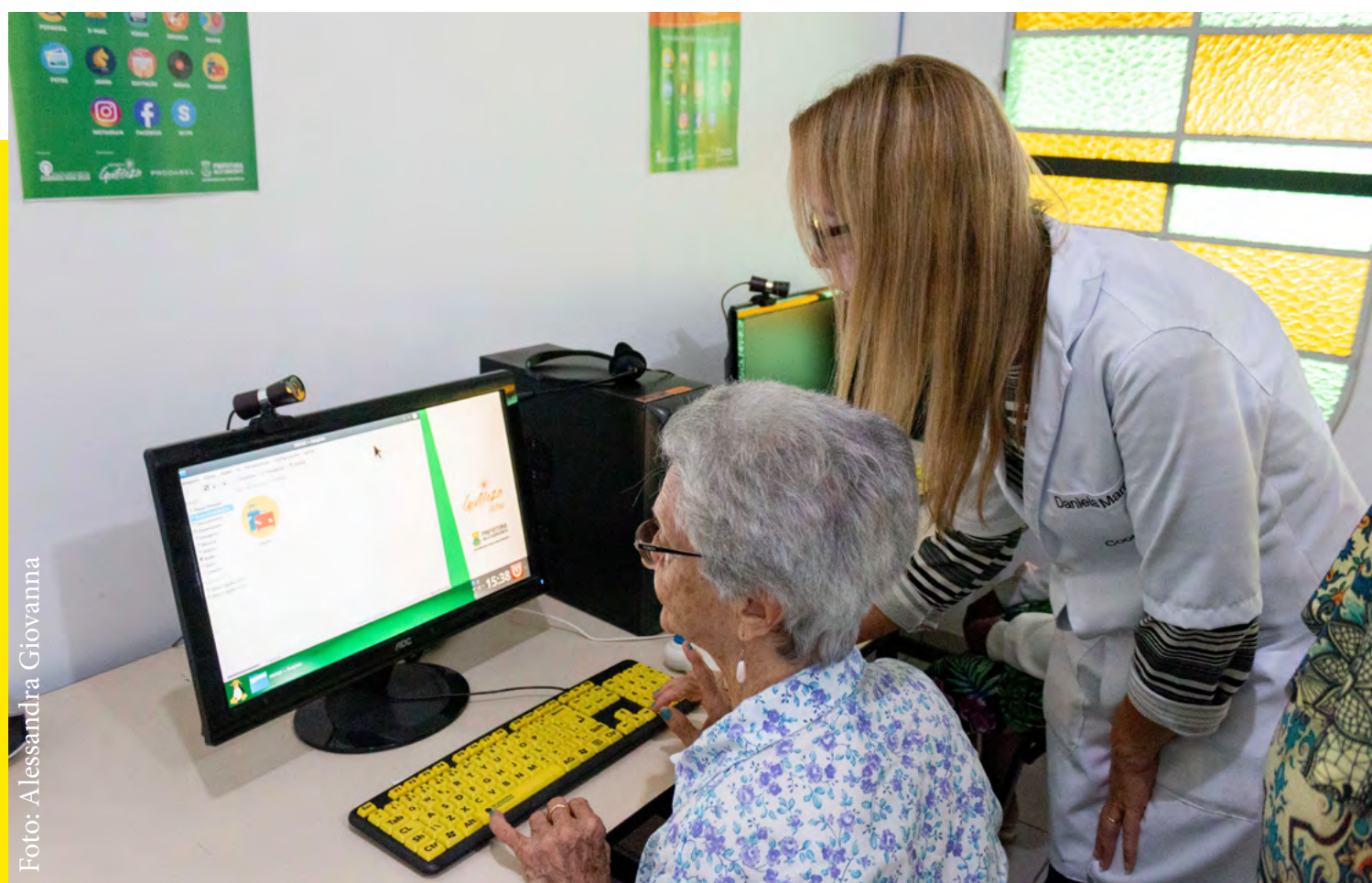


Foto: Alessandra Giovanna

Para Natália Moreira, advogada e supervisora de projetos do CeMAIS, a longevidade das pessoas traz a necessidade de um aperfeiçoamento das equipes de trabalho das ILPIs. “Há um tempo, a ILPI deixou sua característica assistencialista para assumir um papel fundamental como equipamento de auxílio ao Estado no cuidado com a pessoa idosa. Em decorrência disso, a legislação também se atualiza, o que faz surgir mais regras e fiscalização. Por isso e por todas as circunstâncias que atravessam o contexto do acolhimento institucional, a gestão da ILPI deve se profissionalizar e buscar conhecimentos específicos sobre envelhecimento, políticas públicas e, principalmente, legislação”, ela afirma.

Hoje, estar à frente da gestão de uma ILPI é o mesmo que estar à frente de uma empresa. Sim, é sobre empreender no universo 60+.

Em família: os desafios de uma gestão herdada

Em Belo Horizonte, existem 28 ILPIs socioassistenciais e aproximadamente 200 particulares. Todas, igualmente importantes para a garantia dos direitos da pessoa idosa na capital mineira.

Mas, entre tantas histórias de desafios e superação, uma em particular nos chamou a atenção: a do Asilo Nossa Senhora da Piedade, carinhosamente chamado de Lar da Vovó.

A ILPI de acolhimento a idosas nasceu da assistência domiciliar prestada pelo casal Geraldo e Dávila, e a filha, Maria Isaura de Almeida, a mulheres idosas em situação de vulnerabilidade. Então, veio a ideia





Foto: Alessandra Gic

de construir uma casa e, em 1987, o Lar da Vovó foi inaugurado no bairro Jardim Paquetá, depois de muita luta e doações.

Antes da inauguração da casa, entretanto, Geraldo adoeceu e foi hospitalizado, o que fez com que a filha herdasse logo cedo o comando e a gestão. “Eu já ia com o meu pai na assistência domiciliar às idosas. Até que veio a ideia da casa, que a gente nem imaginava que ia ser uma instituição tão grande assim. Teve a doação dos lotes e começamos a correr atrás para a construção, mas meu pai adoeceu. Então, eu tomei a frente e falei que iria inaugurar a casa. E assim foi. Fico muito feliz de lembrar que ele veio na inauguração e pôde ver o sonho dele ser realizado”, conta Maria Isaura.

Os desafios não foram e não são poucos. Primeiro, foi o empenho para a construção. “Fiz várias campanhas para arrecadar dinheiro para erguer o lar, e ainda realizei visitas em muitas entidades, perguntando como que fazia para funcionar”, relembra.

Depois, veio a luta para transformar a natureza jurídica da instituição de fundação em associação. “Eu tive que ir à Brasília para conseguir alterar o CNPJ. Isso era uma coisa que prendia o papai, a vida toda ele tentou e não conseguiu”, conta a presidente e gestora.

Hoje, boa parte da renda é proveniente do convênio com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, que envia um repasse mensal. Uma outra parte vem das



campanhas e dos eventos beneficentes, de doações e de 70% do salário de cada idosa institucionalizada.

Mas há que se ter um verdadeiro jogo de cintura para que essa arrecadação seja suficiente para pagar as contas mensais, proporcionar uma qualidade de vida digna às atuais 34 idosas e dar conta do salário dos 44 funcionários, entre técnicos de enfermagem, cuidadores, assistente social, psicóloga, fisioterapeutas, médica, motorista, auxiliar de serviços gerais e cozinheiras.

E, com a necessidade da profissionalização da gestão, mais desafios. “Antigamente, era mais fácil a gestão,

porque não havia tantas exigências quanto hoje, eram menos funcionários para gerenciar... Mas, ao mesmo tempo, eu acho que tudo tem que ter regras, porque antes era muito solto. As pessoas que assumem uma instituição têm que fazer isso com responsabilidade, não é um depósito de idosos. Confesso, sim, que quando as exigências chegaram, me assustaram. Começaram a ter exigências do Ministério Público, da Prefeitura, das Vigilâncias, do Corpo de Bombeiros... E a gente não tinha o recurso para conseguir tudo de uma vez. Mas, tudo foi válido para organizar muitas casas e para as pessoas entenderem que ILPI é uma empresa”, explica Isaura.

Missão e legado: o que se dá é o que se leva

Em razão da pandemia, há um bom tempo eu não ia a campo realizar as minhas entrevistas.

As últimas, inclusive para a própria Valor Compartilhado, foram on-line. Para uma jornalista, isso é doído demais. Mas, a minha volta ao jornalismo in loco, entrevistando Maria Isaura – e melhor – dentro da instituição, não poderia ter sido mais especial.

“Aceita uma oração?”, recebo a pergunta de uma senhora que tinha uma bíblia em suas mãos enquanto me dirigia a uma espécie de farmácia do Lar da Vovó, que contém os medicamentos e os prontuários de cada idosa institucionalizada. Tudo muito organizado.

A oração, infelizmente, teve que ficar para um outro dia. Mas, essa oferta disse muito do ambiente acolhedor e fraterno e do sentimento de gratidão que é recíproco entre gestora, profissionais e idosas institucionalizadas.

Para Isaura, apesar de ser uma missão de muita responsabilidade, cada uma das idosas têm um papel muito importante na sua vida. “Elas viraram minhas avós. É um prazer incrível que eu sinto quando estou com elas. No final de semana, como não venho, morro de saudade. Quando a casa inaugurou, a primeira que faleceu, eu quase fui junto, de tanta tristeza. Eu não tinha afinidade com a morte, mas depois fui me acostumando, entendendo que é apenas uma passagem e agradecendo muito a Deus por eu ter tido a oportunidade de fazer alguma coisa por cada uma”, reflete.

E é esse o legado que ela já compartilha com Daniela e Flávia, filha e sobrinha que atuam na instituição. Enquanto Daniela é coordenadora e seu braço direito na ILPI, Flávia cuida das questões burocráticas e financeiras, atuando no escritório da instituição, localizado no Centro de Belo Horizonte.

Apesar das raízes familiares já terem sido criadas, Isaura ainda não sabe se filha e sobrinha assumirão a gestão do lar quando ela parar. E, na verdade, não é hora de pensar nisso, afinal, ela não pretende se aposentar: “Isso aqui faz parte da minha vida, desde o início eu percebi como uma missão. Eu não quero parar. Apesar de não ser fácil gerir uma instituição e de, muitas vezes, eu perder o sono por causa dos problemas daqui, eu não tenho coragem de parar.

É a minha satisfação diária”.

Fim da entrevista. Saímos da sala em que estávamos para que eu pudesse conhecer o lar. Mas não demos nem dois passos e logo fomos surpreendidas por uma cuidadora. “Dona Isaura, pode ir ali? Querem te entregar uma coisa...”, apontando em direção a uma idosa institucionalizada.

Mais três passos, chegamos a ela. Sentada e sem rodeios, a idosa se vira com certa dificuldade em direção à Isaura, ergue uma rosa e diz: “É para você. Me deram, mas eu queria te dar, porque você é linda como ela”.

E, de repente, gerir uma ILPI parece ser o mais prazeroso dos trabalhos.

TODO A BORDO:

ILPI de BH leva pessoas idosas para visitarem a praia

Jênnifer Rodrigues





Imagine um ônibus cheio de pessoas idosas moradoras de uma ILPI socioassistencial dando partida de Belo Horizonte para uma viagem a Cabo Frio, no Rio de Janeiro. Essa história não é fruto de imaginação, ela aconteceu de verdade, em 2019, e mesmo passados três anos, ela é ainda uma referência de atividade e boas práticas. Então, aperte os cintos e vamos para praia!

A rua das Petúnias, no bairro Lindéia, em Belo Horizonte, abriga o Lar dos Idosos Recanto dos Amigos, uma ILPI socioassistencial. E, lá dentro, pulsam corações e mentes apaixonados pela vida. Em 2018, um desejo brotou no coração do então presidente da organização, Sr. José Marinho: levar os moradores para uma viagem à praia. Dúvidas logo surgiram:

alguém já havia feito isso antes? Havia algum impedimento jurídico? Seria uma loucura?

Cerca de 564 quilômetros separavam aquele grupo do sonho. O primeiro passo foi observar a legalidade da ideia, e a legislação foi clara: era possível. No entanto, era necessário uma autorização assinada pelos responsáveis e atestados médicos garantindo que as pessoas idosas tinham plenas condições de viajar.

Feito isso, era só pegar a estrada, e assim aconteceu: de 4 a 8 de fevereiro de 2019, o Lar dos Idosos Recanto dos Amigos realizou um passeio ao Rio de Janeiro, especificamente à Praia do Forte. Para a coordenadora da ILPI, Dayane Lopes Pinheiro Marques, “foi uma viagem dos sonhos, inesquecível. Muitos idosos disseram que não

imaginaram algum dia realizar uma viagem à praia, principalmente estando numa instituição”.

A viagem ficou marcada na memória do Sr. Marinho, então presidente do Lar. “Reunimos todo mundo na porta do ônibus, que estava com uma faixa grande, na qual estava escrito o nome do lar e o destino da viagem. Quando colocamos tudo dentro do ônibus, eu reuni todos e fiz uma oração, esse momento foi especial”, relembra. Para Dayane, o momento marcante foi a chegada à praia: “uma emoção geral com a beleza do mar”. E outro momento especial foi ver as pessoas que estavam na praia se emocionarem com a alegria dos idosos no mar. Maria Marta, moradora da ILPI, conta que nunca tinha ido à praia: “O que eu mais gostei foi o mar! É lindo demais! Se eu pudesse ficaria lá, apreciando aquela belezura!”

Dicas de navegação

Nada melhor para um grupo de viajantes do que aprender com a experiência de outros aventureiros. Por isso, vamos voltar ao planejamento. Segundo a profissional da ILPI, Maria Aparecida dos Santos Coura, um projeto detalhado foi elaborado, com toda a planilha de custos, incluindo transporte, hospedagem exclusiva, alimentação, trajes de banho para as pessoas idosas, kit viagem, entre outras necessidades. “Todos os idosos passaram por avaliação médica e foram preparados para a viagem. Alguns familiares ajudaram com os trajes de banho e kit viagem”, contou.

Além disso, era preciso pensar em recursos. “Para o financiamento da viagem, a instituição realizou um almoço beneficente, solicitou ajuda dos familiares



Foto: Arquivo Recanto dos Amigos



Foto: Arquivo Recanto dos Amigos

e conseguiu descontos no valor do transporte e da hospedagem, por ser uma instituição filantrópica”, ressaltam Aparecida e Dayane.

De acordo com os gestores do Lar dos Idosos, o tempo de preparação foi essencial para garantir descontos, pois todo o período de planejamento durou seis meses. Com isso, a instituição conseguiu fechar com uma empresa de viagem e teve um desconto no valor. A pousada também foi reservada com antecedência. A Praia do Forte foi escolhida pela facilidade de socorro imediato em caso de uma situação de emergência.

A viagem não se resumiu apenas a bons ventos. Aparecida afirma que a mobilidade é um aspecto que merece atenção, ela conta que na experiência dela em Cabo Frio, a locomoção foi um momento de dificuldade - “a distância entre a pousada e a praia foi uma dificuldade, porque não foi fácil conduzir as cadeiras de rodas nas ruas irregulares e com calçamento”, explica.

O morador Antônio de Jesus diz que gostou muito e quer voltar: “a água do mar é muito boa, a areia, o vento! Mas gostei de voltar para casa também!”

Uma viagem marcante

Toda essa aventura, na verdade, foi inspirada por uma história de amor. O Sr. Marinho foi casado por 51 anos, três meses e 21 dias. Durante esse período, muitos momentos foram vividos em meio a viagens pelo Brasil, incluindo um cruzeiro pela costa brasileira, que ancorou na Praia do Forte, em Cabo Frio, por duas horas. O caso de amor era de opostos no que se refere à relação com o mar. O Sr. Marinho era resistente a entrar na água, enquanto Neuza, sua esposa, era

apaixonada pelo mar. Depois que ela faleceu, o Sr. Marinho evitou o contato com o mar. E foi nessa viagem, quando ele estava ocupado garantindo os melhores cuidados a todos, que ele se rendeu de novo à maré. “Eu fui pra essa viagem pra levar os idosos, eu não fui pra ir à praia. Tinha uma funcionária que acabou me incentivando. E depois que eu entrei, acabou aquele clima e eu me senti bem. Depois disso, já voltei à praia. Mas, era uma barreira, se eu não tivesse feito essa viagem, talvez eu não teria quebrado”.



Foto: Arquivo Recanto dos Amigos



Nova viagem à vista

É com alegria que registramos nesta edição da Valor Compartilhado, a notícia que, em fevereiro de 2023, o Lar dos Idosos Recanto dos Amigos vai partir em direção a uma nova aventura. Dessa vez, para Aparecida do Norte, em São Paulo.

As linhas até aqui contam uma história que deveria

ser cotidiana. No entanto, segundo as fontes entrevistadas, o grupo de viajantes chamou a atenção. O ideal seria que viagens assim fossem comuns. Por isso, trazemos uma mensagem de bordo:

O texto que você acabou de ler foi cuidadosamente escrito para inspirar e, assim, fazer com que mais pessoas idosas institucionalizadas realizem viagens pelo Brasil e o mundo. Sim, eu sonho alto, e desejo que todos aqui façam o mesmo!

COM A FALA QUEM AGE POR UMA BH AMIGA DA PESSOA IDOSA

Sofia Fuscaldi*

Renata Martins Costa de Moura é Diretora de Políticas para a Pessoa Idosa da Prefeitura de Belo Horizonte e Vice-presidente do Conselho Municipal da Pessoa Idosa. Ela trabalha há 25 anos com a Política da Pessoa Idosa em BH, além de ministrar aulas sobre Acessibilidade e Adaptação Ambiental para Pessoas Idosas no curso de Gerontologia da PUC Minas. Com formação na área de Administração Pública Municipal, Renata Martins sonha e trabalha por uma cidade que seja amiga da pessoa idosa.



*Formada em Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), trabalha com comunicação social para o Terceiro Setor na empresa Nenhum Destes e atua como criadora de identidade visual e ilustradora freelancer.

“EU QUERO E PENSO UMA CIDADE QUE SEJA INOVADORA, NÃO SÓ NO SEU DESENHO, MAS QUE SEJA UMA CIDADE MAIS HUMANA E MAIS INCLUSIVA. UMA CIDADE QUE VAI FORTALECER OS SABERES CULTURAIS DAS PESSOAS IDOSAS, QUE VAI OPORTUNIZAR ESSE PROTAGONISMO DA POPULAÇÃO 60+ NA GESTÃO ATIVA DE BELO HORIZONTE. E, AÍ SIM, A GENTE VAI SER CADA VEZ MAIS PARTICIPATIVO, MAIS PLURAL COM TODAS AS IDADES. PORQUE UMA CIDADE AMIGA DAS PESSOAS IDOSAS É UMA CIDADE AMIGA DE TODAS AS IDADES, É UMA CIDADE MAIS FELIZ.”

RENATA MARTINS

“BH PRECISA SER UMA CIDADE QUE VAI ESTIMULAR O ENVELHECIMENTO ATIVO, QUE VAI OTIMIZAR OPORTUNIDADES DE GARANTIA DE SAÚDE, DE SEGURANÇA E DE PARTICIPAÇÃO, PARA QUE A QUALIDADE DE VIDA POSSA IR AUMENTANDO À MEDIDA QUE AS PESSOAS ENVELHECEM, E NÃO AO CONTRÁRIO”

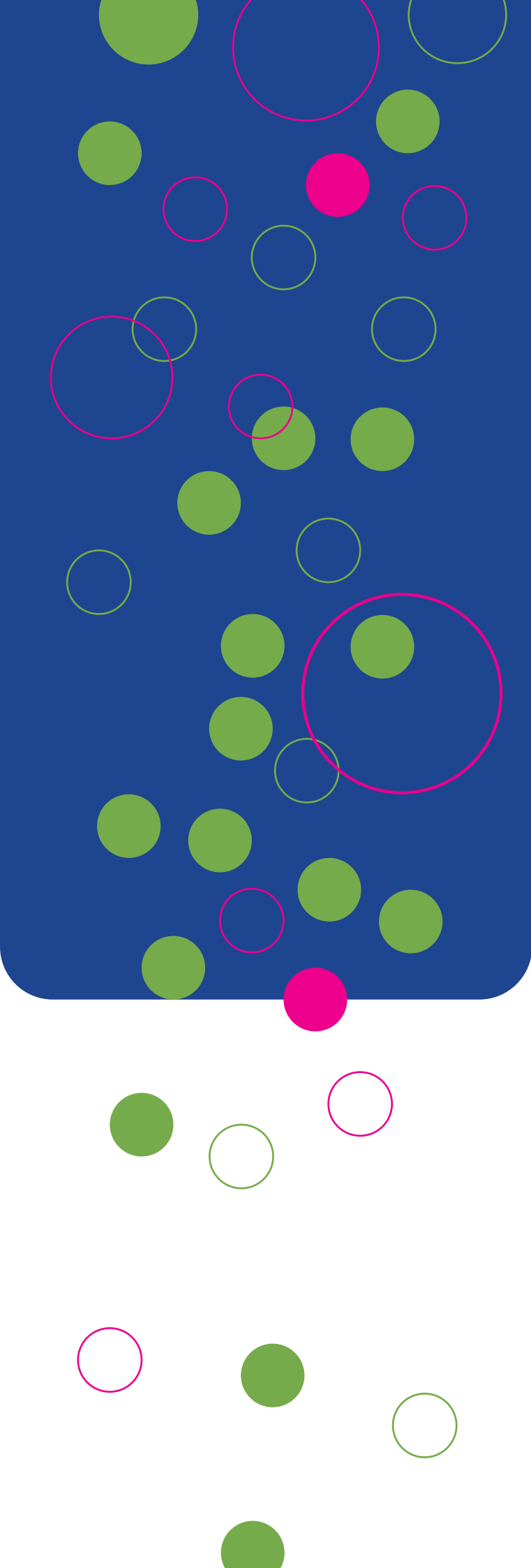
Em 1999, a Câmara Municipal de Belo Horizonte instituiu a Política Municipal da Pessoa Idosa, que tem por objetivo “gerar condições para a proteção e a promoção da autonomia, da integração e da participação efetiva do idoso na sociedade” (Art. 1º da Lei 7930/99). A Diretoria de Políticas para a Pessoa Idosa (DPEI), na qual a Renata trabalha, tem por competência a implantação dessa política. Assim, a sessão “Com a Fala Quem” desta edição tem a honra de ouvir quem ajuda a elaborar e coordenar as diretrizes para efetivação da Lei 7.930. Confira aqui nossa entrevista especial com Renata Martins:

Valor Compartilhado: Como a cidade está envolvida na Política da Pessoa Idosa?

Renata Martins: Globalmente, a proporção de pessoas acima de 60 anos vêm crescendo mais rapidamente que outras faixas etárias. Em 2020, a UFMG nos apresentou, em uma das plenárias do Conselho Municipal do Idoso, dados muito significativos: quase 24% das pessoas que moram em Belo Horizonte têm mais de 60 anos e a projeção para 2030 é de que esse número ultrapasse 30%. Essa tendência traz a necessidade de uma análise das políticas públicas, porque o fenômeno do envelhecimento populacional gera muitas preocupações, principalmente com as condições para a manutenção da qualidade de vida das pessoas idosas e da garantia de direitos.

Em Belo Horizonte, a gente tem procurado promover e, principalmente, potencializar ações de valorização, de respeito e de cuidado com as pessoas idosas, para um envelhecimento digno e saudável. Aqui na Diretoria de Políticas para Pessoa Idosa, nós temos um lema que trabalhamos em todas as nossas frentes: acreditamos numa política bem construída, que seja voltada para as pessoas idosas, e que ela não se faça somente para as pessoas idosas, e sim, com a participação das pessoas idosas.

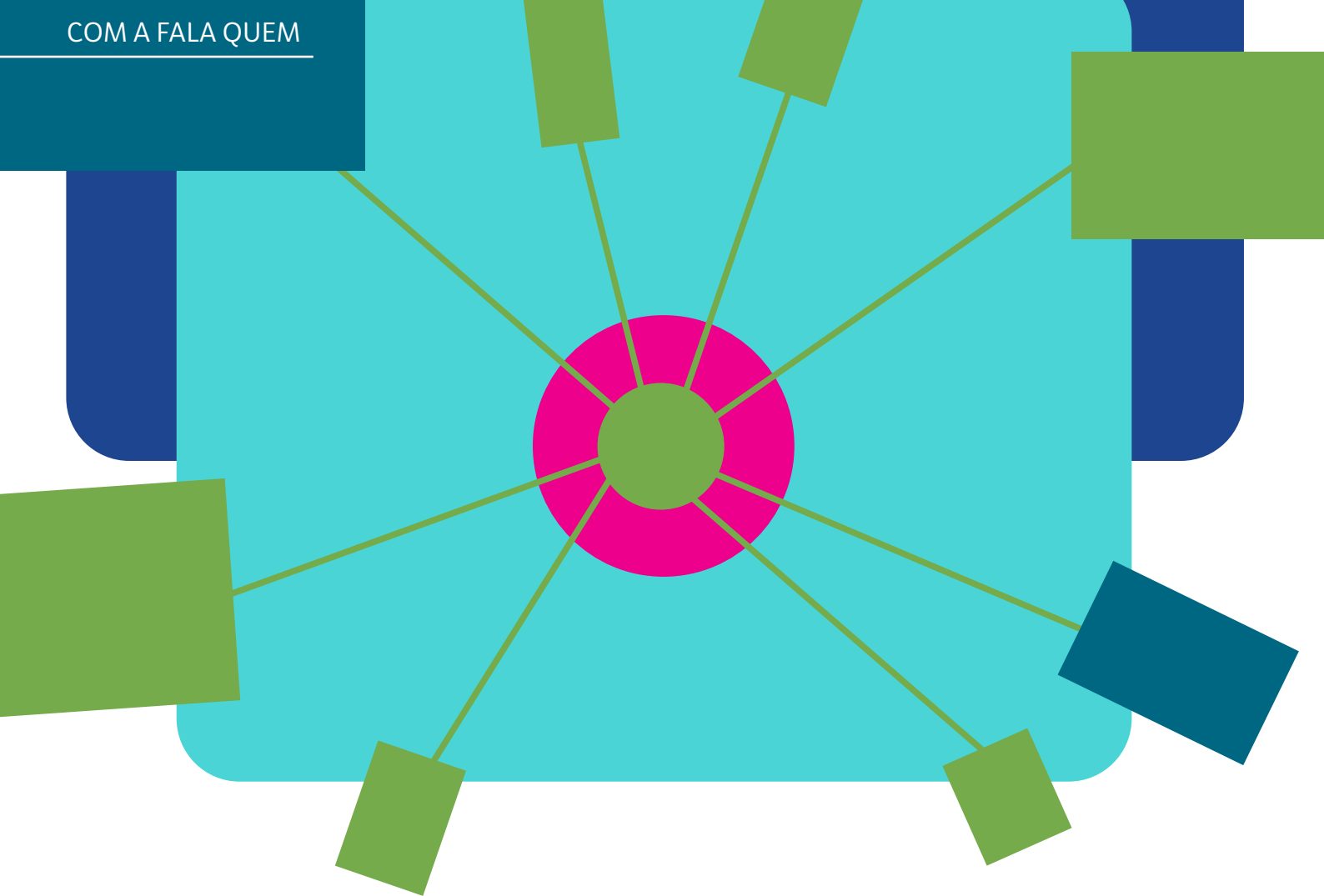
A pandemia de Covid-19 trouxe sinais de alerta, ela coloca um holofote nas questões do envelhecimento. Durante o período de pandemia, tivemos muitas ações para nos aproximarmos das pessoas idosas e começamos a caminhada para a construção do primeiro Plano Municipal do Envelhecimento de



Belo Horizonte. A cidade ainda não tem um Plano Municipal que direcione suas políticas, e a gente precisava desse Plano. Então, durante o período de pandemia, começamos a trabalhar nessas temáticas para referendar as questões de envelhecimento. Também criamos o Boletim Informativo: um material divulgado periodicamente na cidade, chamado Envelhecer em BH, onde a gente compartilha com as pessoas idosas e com o cidadão as questões que estão sendo trabalhadas aqui em Belo Horizonte.

Outra coisa que vale a pena destacar é a criação do primeiro Grupo de Convivência de pessoas idosas realizado de forma online. Em Belo Horizonte, não só na Diretoria, todas as políticas públicas tiveram essa preocupação de transformar as suas ofertas em formatos remotos. Então, Grupos de Convivência, Centros de Referência da Pessoa Idosa (CRPI) e ILPIs começaram a receber conteúdos de forma virtual, para que não houvesse um distanciamento muito grande.

Temos também duas ações muito importantes: o Outubro Prateado, um mês inteiro dedicado a valorizar as pessoas idosas e a dar mais visibilidade para as ações que o governo tem feito nesse sentido, e o Junho Violeta, uma campanha de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa. Vale lembrar que criamos um protocolo com toda a rede de proteção para atender às denúncias, chamado Disque 100, construído e pactuado com a rede de proteção que atua no município. Ele é muito importante para esse trabalho contínuo de enfrentamento à violência. Além disso, temos diversas parcerias com as Organizações da Sociedade Civil, buscando fazer o que é a missão da Diretoria: fortalecer e promover o protagonismo das pessoas idosas de Belo Horizonte.



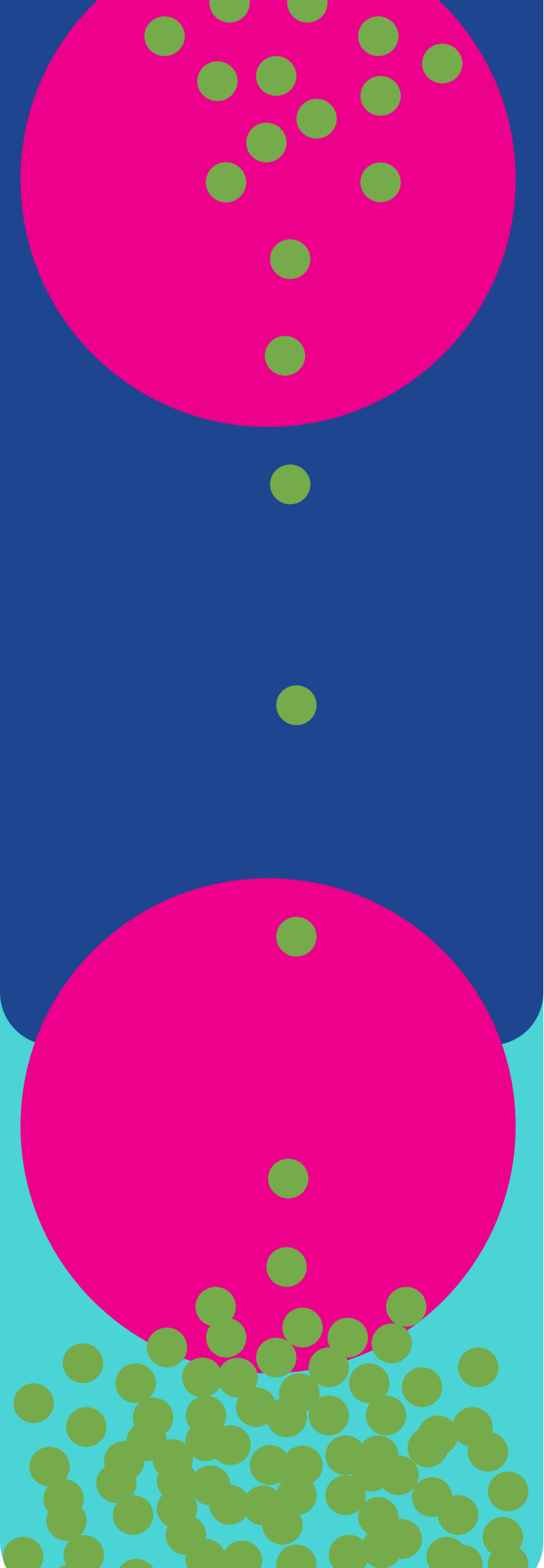
VC: Como a prefeitura percebe o protagonismo da pessoa idosa na construção da cidade?

RM: A Diretoria, assim como toda a Prefeitura de Belo Horizonte, acredita que a participação da Sociedade Civil, como esse instrumento para fiscalizar e monitorar as políticas públicas, precisa ser incentivada cada vez mais, pois é isso que vai reconhecer que a pessoa idosa é sim um cidadão de direitos.

Temos um exemplo muito potente na cidade, que é o Fórum de Direitos da Pessoa Idosa; um espaço coordenado pela DPEI com a participação das nove Regionais e das diversas Secretarias - de Cultura, Saúde, Educação, Esporte - um espaço de forma-

ção e também de debate, onde a gente incentiva a participação das pessoas idosas que estão espalhadas pela cidade, pelos Grupos de Convivência, nas ILPIs, estudantes da área, profissionais que já se formaram... Todas as pessoas que estão interessadas na temática estão presentes nessa Agenda Pública. No Fórum, a gente consegue definir prioridades, não só na área de cidadania, que é onde a Diretoria está, mas nas diversas outras áreas do município.

Além disso, a gente não pode esquecer que Belo Horizonte tem o Conselho Municipal da Pessoa Idosa (CMI/BH), que é um órgão de Controle Social. É uma instância deliberativa e paritária que existe na cidade desde 1992. Eu vejo o Conselho como um impulsionador do comprometimento permanente das ações governamentais e não governamentais para o envelhecimento. A participação das pessoas idosas na estruturação e na condução dos



trabalhos do Conselho é fundamental. A gente sabe que, valorizando as pessoas idosas, trabalhando essa política juntos, a gente vai produzir e colaborar com uma sociedade mais integrada.

VC: Como se dá o repasse de recursos via Conselho em BH? Quais os diferenciais?

RM: O CMI se encontra dentro da estrutura da própria Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC), à qual a DPEI está vinculada. Esses dois órgãos vêm trabalhando, nos últimos anos, para que os repasses às Organizações da Sociedade Civil tornem-se mais ágeis. A gente tem trabalhado para que o dinheiro possa sair e chegar a quem deve, que são as organizações, para que elas façam a distribuição dos recursos junto aos projetos aprovados no Conselho.

Com a chegada do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), a gente começou a fazer essa gestão pública democrática que valoriza as Organizações da Sociedade Civil como parceiras do Estado para a garantia de direitos. Essas parcerias entre o Estado e as Organizações da Sociedade Civil é que vão qualificar a Política Pública. A gente vai conseguir se aproximar das pessoas e da realidade local, possibilitando uma solução de problemas, quer sejam eles sociais ou específicos, de uma maneira muito criativa e inovadora.

O Plano de Aplicação do Fundo Municipal do Idoso é a programação da distribuição desses recursos, para que as áreas consideradas prioritárias pelos Conselheiros do CMI sejam definidas de forma

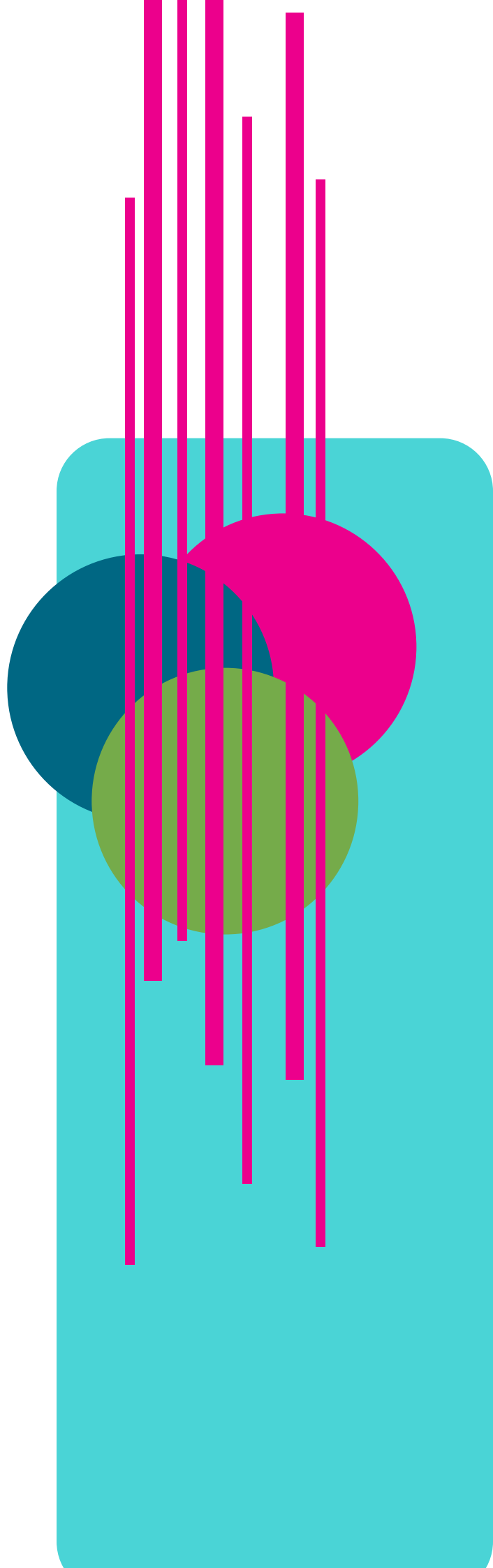
consciente. Assim, o Fundo Municipal do Idoso de Belo Horizonte tem uma captação de recursos muito forte. Em termos de Brasil, Belo Horizonte é reconhecida por isso.

Aqui na cidade, temos um Edital de Chamamento Público diferenciado. Nessa última gestão, optamos por fazer um edital aberto com várias entradas. Com isso, as empresas se sentem mais seguras, sabendo que em Belo Horizonte tem um edital único com as datas onde será possível fazer a destinação já definidas.

Outro diferencial é a seriedade com que o Conselho Municipal trata esses repasses, desde o chamamento até a seleção dos projetos, que estão de acordo com as diretrizes que os Conselheiros aprovaram. Não existe uma coisa só, é um conjunto que faz com que Belo Horizonte seja reconhecida, que o Fundo Municipal do Idoso e o Conselho sejam fortalecidos, sejam sérios e que priorizem os projetos e o benefício que a pessoa idosa vai ter lá na frente.

VC: BH é uma cidade onde o acolhimento de pessoas idosas em ILPIs é feito por meio de parceria com o terceiro setor. Quais outras políticas podem se beneficiar desse modelo de execução?

RM: Além das Instituições de Longa Permanência, a gente também tem parceria com os Grupos de Convivência de pessoas idosas. A cidade hoje tem cerca de 100 Grupos de Convivência espalhados nas nove



Regionais. Desse total, 27 Grupos são parceirizados diretamente com a Diretoria.

Além das ILPIs e dos Grupos, o Conselho Municipal do Idoso é o grande fomentador dessas parcerias. A gente tem diversas Organizações da Sociedade Civil na cidade que estão diretamente parceirizadas com o Conselho e ofertam projetos que beneficiam diretamente a população 60+.

VC: Existe participação das ILPIs privadas na construção da política pública para a pessoa idosa?

RM: É muito importante que as ILPIs privadas se cadastrem no Conselho, mesmo não sendo de acolhimento socioassistencial com parceria com a Prefeitura de BH, porque a parceirização se dá por critérios, ela tem que estar de acordo com a política de acolhimento. Mas, mesmo assim, são instituições que prestam um serviço direcionado à pessoa idosa no município de Belo Horizonte e, de acordo com o próprio Estatuto da Pessoa Idosa, elas precisam estar cadastradas no Conselho. Então, o Conselho tem feito ações para incentivar, não só o cadastramento, mas também para orientar essas instituições da importância de participarem da política pública, participarem de uma plenária do Conselho, do Fórum de Direitos da Pessoa Idosa e da própria formulação das políticas públicas do município.

VC: Como incentivar mais parcerias em prol da pessoa idosa no município?

Aqui em Belo Horizonte, a gente tem o Conselho Municipal de Fomento e Colaboração de Belo Horizonte (CONFOCO/BH), um órgão colegiado criado em 2017 que, assim como o Conselho, é deliberativo e paritário, ou seja, tem participação da Sociedade Civil e do Governo. O CONFOCO é um órgão consultivo, como se fosse uma assessoria permanente, com o objetivo de apoiar as políticas e ações voltadas para o fortalecimento das parcerias com as Organizações da Sociedade Civil, baseado na Lei Federal 13.019/2014.

Entre as competências do CONFOCO, está, além de fomentar novas parcerias, o monitoramento e avaliação dessa política de fomento, de colaboração, de cooperação que o município tem com a sociedade civil. Esse é o órgão que vai identificar, sistematizar e divulgar as boas práticas. Ao mesmo tempo, ele também vai mapear se existe alguma irregularidade na gestão das parcerias, vai promover estudos para ver onde a participação social precisa estar mais presente.

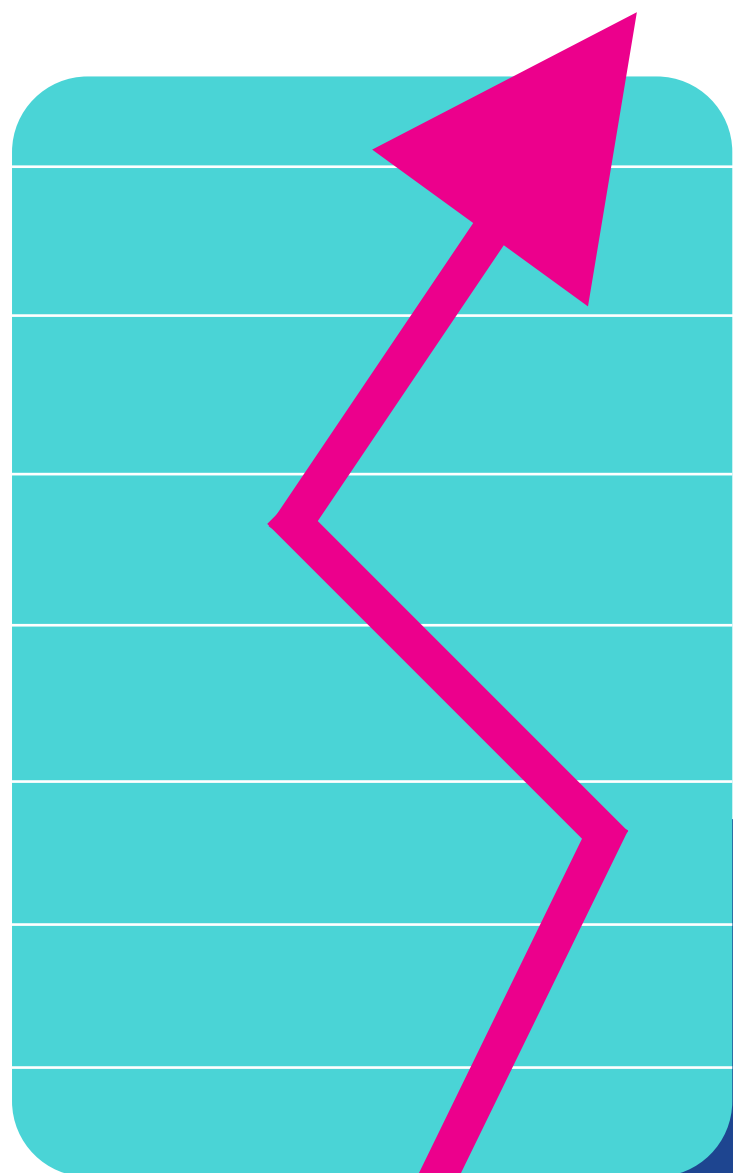
O CONFOCO faz com que novas parcerias com terceiro setor sejam incentivadas e possam ser ampliadas, para que não fiquem só nas ILPIs e Grupos de Convivência, que são os mais conhecidos, mas que a gente tenha um terceiro setor forte no apoio às políticas públicas.

VC: Quais as metas para mobilidade da pessoa idosa no município?

RM: Belo Horizonte tem um Plano de Mobilidade Urbana que foi amplamente discutido na cidade e já tem garantido a efetivação de diversas ações. O primeiro passo é a gente conscientizar a população da cidade sobre esse direito, não só o direito de ir e vir, mas o direito de priorizar as pessoas idosas. E, depois, a gente precisa garantir a acessibilidade integral: ter transporte público de qualidade, melhoria nas estações e nos pontos de ônibus, que as travessias de pedestre sejam priorizadas, que o caminhar na cidade seja prioridade, porque para caminharmos a pé nas calçadas, elas têm que ter condições de segurança, estejam bem conservadas. Eu acredito que, para que a gente possa alcançar essas metas que o próprio Plano de Mobilidade já colocou, já pactuou, a gente precisa ter a questão do respeito em primeiro lugar.

VC: O que é a estratégia da Cidade Amiga da Pessoa Idosa?

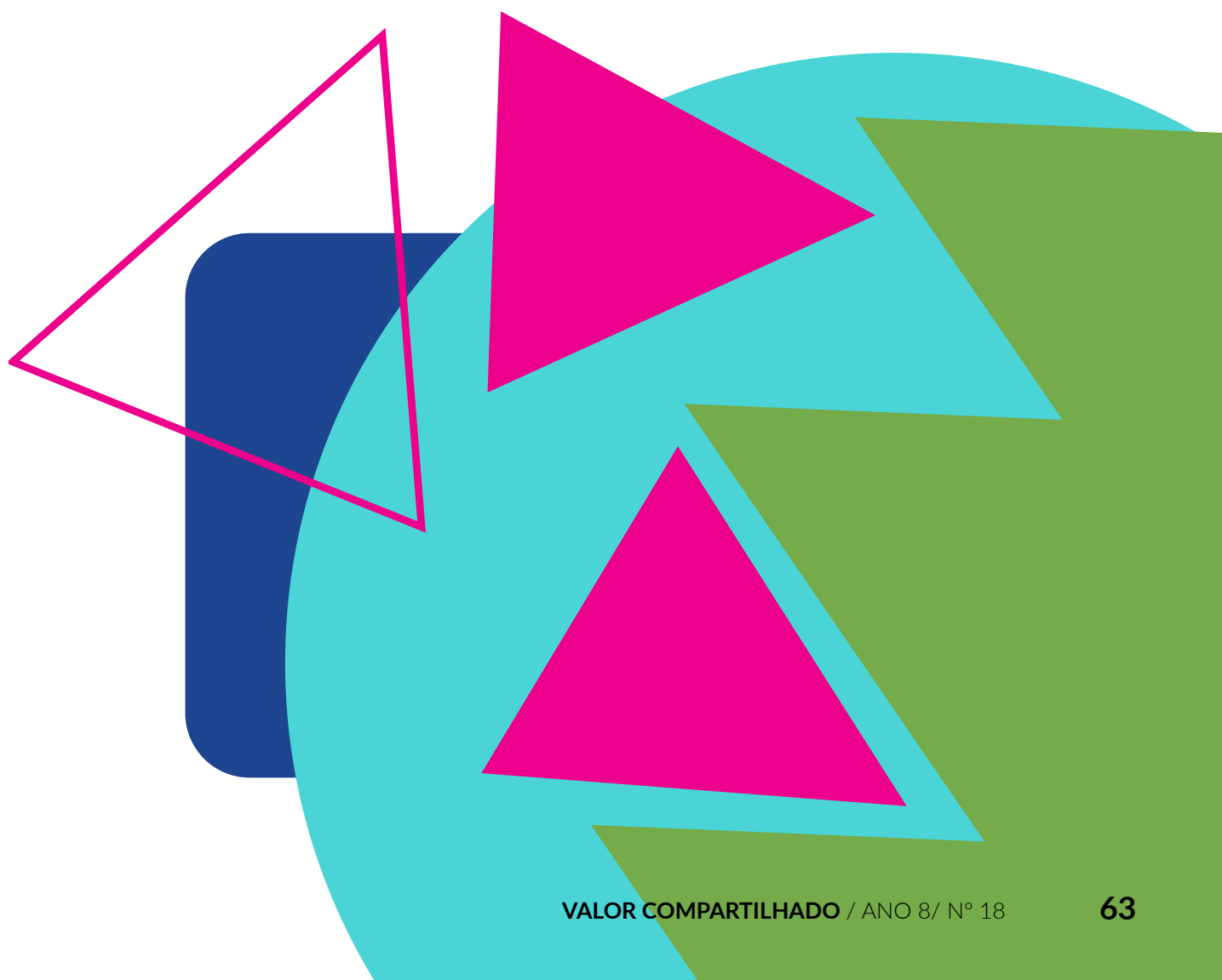
RM: Esse é um grande sonho meu. Há alguns anos, eu já vinha tentando colocar em Belo Horizonte essa questão de tornar a cidade uma cidade amiga da pessoa idosa. Em 2020, tivemos um diferencial: o prefeito fez a adesão à Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa (EBAPI). Essa Estratégia destina-se a incentivar as cidades a promoverem ações de caráter intersetorial e também interinstitucional para efetivar a Política Nacional da Pessoa Idosa e o Estatuto da Pessoa Idosa. Tudo isso para garantir que o envelhecimento seja saudável, digno, ativo e sustentável.



A EBAPI foi constituída levando em consideração as metodologias da Organização Mundial da Saúde (OMS). Quando os municípios aderem à Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, isso significa que o município assumiu o compromisso de garantir o direito das pessoas idosas e desenvolver ações que sejam voltadas, principalmente, para pessoas com mais de 60 anos, mas, ao mesmo tempo, a gente também tem que preparar para que as pessoas cheguem aos 60, então o EBAPI é amplo, e estamos trabalhando essa concepção no Plano Municipal do Envelhecimento. O Plano Municipal é um instrumento muito potente para a construção de políticas públicas participativas. Se a gente tem política pública bem planejada com participação das pessoas que vão ser impactadas por essa política, a gente tem muito mais chance de ser efetivo naquilo que a gente se propõe.

Ainda estamos na primeira etapa, que é a etapa de construção do Plano. A partir do momento que a gente constrói esse plano, com todas as políticas envolvidas, é que a gente começa a dar corpo para essa cidade amiga da pessoa idosa, porque ali que vão estar definidos os compromissos de cada área.

Belo Horizonte nunca teve um plano que direcionasse a política das pessoas idosas, então isso precisa ser construído com muito cuidado, para que ele atenda ao município em sua totalidade. Ele não é fechado e definitivo, mas se a gente construir um Plano com muito cuidado, carinho e visão, a gente tem muitas chances de que Belo Horizonte seja, assim como ela já é em diversos campos, uma referência na questão do envelhecimento.



VC: Existe diversidade dentro do grupo de idosos que participam da construção das políticas públicas?

RM: Isso é um ponto fundamental. O próprio Conselho Municipal do Idoso aprovou um projeto que vai fazer um mapeamento da população LGBT idosa. Como é o envelhecimento dessa população? Como ela tem envelhecido no município? E eles estão participando da construção do Plano com a gente.

Nessa construção, estamos sendo coordenados pela DPEI, e criamos um GT com representações retiradas do Conselho da Pessoa Idosa, porque no Conselho a gente já tem todas as políticas referendadas. Assim, as pessoas idosas participantes no CMI são a referência das nove regionais. Temos na participação o idoso que mora na Regional Centro-Sul, no Barreiro, em Venda Nova... cada um trazendo sua realidade. Para isso, temos o Fórum.

Além do Fórum Ampliado, no qual trabalhamos as nove regionais juntas, temos os Fóruns Regionais. Regionalmente, a diversidade é discutida, e a gente tem mapeado como é a realidade de cada região e bairro. Então, a gente consegue ver que, por exemplo, dentro da Regional Pampulha, o envelhecimento é diferente do que acontece dentro da Regional Norte. A gente não pode trabalhar com um público único, temos que trabalhar com todas essas velhices.



VC: Qual a BH que você sonha e trabalha para as pessoas idosas viverem?

RM: A cidade que a gente deseja e que a gente está trabalhando para isso é aquela cidade onde as pessoas têm voz, onde as pessoas mais fragilizadas também possam exercer a cogestão dessa política pública.

Em termos práticos, uma cidade amiga da pessoa idosa precisa adaptar as suas estruturas e os seus serviços para que eles sejam acessíveis e promovam a inclusão de todas as pessoas idosas. Mas, principalmente, as mudanças no urbanismo e na mobilidade urbana, para que a gente possa ter acesso às condições básicas de moradia, saneamento, saúde, educação, emprego e participação. Outra coisa importante é a acessibilidade digital. Isso é imprescindível para a população idosa, vimos isso com a pandemia.

Precisamos reconhecer as demandas na elaboração das políticas, porque é isso que vai impactar positivamente no envelhecimento que a gente quer ter, na cidade que eu quero envelhecer. Essa construção vai depender muito do engajamento de todo mundo. A gente trabalha - Poder Público, Sociedade Civil Organizada, cada indivíduo - por uma cidade construída por todos, que será um lugar de convivência mais fácil, mais confortável e mais seguro. E eu acho que esse sonho certamente vai estar ao nosso alcance se a gente, juntos, somar. Se os nossos esforços, a nossa valorização e o nosso fortalecimento for junto nessa cogestão.

O valor do cuidado

Sofia Fuscaldi* e Luiza Lambert**

Quanto custa cuidar de uma pessoa idosa em uma ILPI socioassistencial? As ILPIs recebem recursos suficientes para arcar com a manutenção e manter a qualidade do serviço prestado? Qual o custo da implementação de serviços para a pessoa idosa?

*Formada em Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), trabalha com comunicação social para o Terceiro Setor na empresa Nenhum Destes e atua como criadora de identidade visual e ilustradora freelancer.

**Formada em Jornalismo e Relações Públicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), trabalha com comunicação social para o Terceiro Setor na empresa Nenhum Destes e é, também, escritora e fotógrafa.

Essas foram as perguntas que motivaram a pesquisa “Quanto custa o cuidado com a pessoa idosa?”, realizada pela pesquisadora Maria Silvia Ferreira¹, como ação do projeto do CeMAIS, Caleidoscópio 60+ Nossos Direitos, com fomento do Fundo Municipal do Idoso de Belo Horizonte, entre 2020 e 2021.

Foram entrevistadas 23 ILPIs socioassistenciais de BH, interior de Minas e outros estados do Brasil e, a partir dos dados obtidos, foi possível ter uma visão mais ampla das despesas e receitas das organizações. No dia 19 de maio de 2022, os resultados alcançados foram apresentados no Seminário “[Pelo Direito de Envelhecer com Direitos](#)”, que aconteceu no Museu de Ciências Naturais da PUC Minas e contou com a participação de representantes de diversas organizações sociais, órgãos públicos e outros agentes do Sistema de Garantia de Direitos da Pessoa Idosa. Coletivamente, os dados foram analisados e, posteriormente, o CeMAIS publicou uma Cartilha ilustrada com o resumo dos resultados e também o [Relatório completo da pesquisa](#).

Mas, por que precisamos saber os custos do cuidado com a pessoa idosa em uma ILPI socioassistencial? Quem se beneficia dessa pesquisa?

Mudanças no estilo de vida e avanços na medicina fizeram do século XXI o “Século do Envelhecimento”. O aumento na expectativa de vida é um grande avanço na nossa história, mas ele está se tornando, também, um grande desafio para governos, empresas e pessoas. A reconfiguração populacional exigirá um esforço da sociedade civil em conjunto com governos e iniciativa



privada para redefinir a forma de como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos.

Nesse contexto, as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) possuem um papel muito importante para o acolhimento dessa parcela da população, mas as instituições filantrópicas que oferecem esse tipo de serviço no Brasil vêm relatando dificuldades na gestão das organizações e nos cuidados com os idosos atendidos. Esse quadro se agravou com a chegada da pandemia, que trouxe um cenário adverso, com medidas urgentes a serem tomadas.

A fim de entender melhor a situação, quais as dores, acertos e dificuldades enfrentadas pelas instituições, é necessário ouvi-las e mapear o que de fato acontece no seu dia a dia.

“Dados e pesquisas sobre o atendimento à pessoa idosa, especialmente relacionados ao acolhimento institucional, ainda é algo muito raro, são poucas as

pesquisas que existem no mercado. Nós precisamos tratar a questão do envelhecimento no orçamento, seja do orçamento dentro das organizações, seja dentro do orçamento do município, porque, daqui a pouco, o número de idosos irá triplicar. Se a gente não começar a entender que é preciso existir um orçamento específico para o atendimento dessa faixa etária, não vamos conseguir atender as pessoas idosas de forma satisfatória. Em vista disso, essa é uma pesquisa que pode orientar os municípios quanto aos processos de parcerização com as ILPIs filantrópicas e até ser base para os municípios que não têm o serviço de acolhimento institucional implementado se organizarem e entenderem como se dá o orçamento para isso. Indo além, as organizações sociais também precisam entender qual é esse custo real do serviço para que elas possam negociar, junto aos municípios, aos patrocinadores, à sociedade em geral, quanto cada um vai contribuir”, relata Valda Maciel, coordenadora de Relações Institucionais do CeMAIS e supervisora do projeto Caleidoscópio 60+ Nossos Direitos.





Muito embora não tenha sido possível delinear um modelo padronizado de despesas e receitas que possa ser aplicado à realidade de toda ILPI, tendo em vista sua diversidade de perfis, o estudo oportunizou uma compreensão importante acerca da realidade financeira dessas instituições, além de reflexões que têm o potencial de promover mudanças a fim de garantir melhor qualidade de vida às pessoas idosas atendidas. No acesso às informações levantadas pela pesquisa, os números encontrados na análise de custos das ILPIs podem auxiliar outras instituições a identificarem oportunidades em suas próprias receitas e despesas. Ademais, este material também pode promover aos Conselhos de Direito e à administração pública um melhor entendimento da situação geral na qual se encontram as ILPIs, de maneira que possam tomar medidas de profissionalização, suporte e parcerias mais adequadas às necessidades reais das instituições.

Resultados e Análises

É relevante ressaltar que apenas as ILPIs socioassistenciais compartilharam informações e dados com a pesquisadora, de maneira que as análises a seguir refletem, então, apenas o cenário que estas figuram.

Receitas

Enquanto na capital mineira a fatia maior do financiamento das ILPIs socioassistenciais se dá por meio da parcerização com o Poder Público, o cenário é bem diferente no interior de Minas Gerais e nos outros estados que participaram do estudo, onde o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é a principal fonte de receita das instituições.

As doações, feitas por pessoas físicas ou jurídicas,

figuram em segundo lugar, para organizações do interior e de fora de Minas Gerais, e como terceira fonte de renda para instituições de Belo Horizonte. Segundo as ILPIs, as doações financeiras são importantes por que podem ser usadas para as despesas de folha de pagamento, principalmente do 13º salário e outros encargos de funcionários CLT, já que estas são despesas não contempladas em projetos do Fundo da Pessoa Idosa, emendas e outras fontes mais restritivas.

Outras origens de receita também foram registradas pela pesquisa, incluindo a realização de bazares e eventos beneficentes. Os bazares também cumprem o papel de socialização e divulgação da organização, além de serem uma fonte de roupas, calçados e outros utensílios para os próprios moradores. Vale ressaltar, no entanto, que eventos presenciais tornaram-se inviáveis ou sofreram grandes alterações durante a pandemia, trazendo quedas, também, nos recursos.

Despesas

No que tange às despesas, o maior montante despendido pelas ILPIs, tanto em Belo Horizonte, como no interior de Minas e nos outros estados pesquisados, compreende o pagamento das equipes. Enquanto a alimentação tem um custo significativo nos orçamentos das instituições, este é também um item onde observa-se grande concentração de doações, especialmente de alimentos não perecíveis.

Outras despesas importantes são os gastos com produtos de higiene e limpeza, especialmente fraldas e Equipamentos de Proteção Individual, remédios que não são distribuídos pelas unidades de saúde municipais e despesas com a casa, de contas básicas à manutenção predial.



A partir dos resultados observados pela pesquisadora, fica claro que a maioria das ILPIs não consegue cobrir as despesas com as receitas recebidas. Quando questionadas sobre o que fazem nesses casos, algumas recorrem a empréstimos bancários, empréstimos informais e verbas provenientes de instituições que gerem a ILPI.

Tendo em vista que o BPC e outras fontes de receita não são suficientes para cobrir suas despesas, é relevante refletir a importância que o apoio do poder público tem na manutenção das ILPIs socioassistenciais. Porém, idealmente, as parcerizações seriam firmadas para que realmente financiassem os custos reais, diferente do que hoje acontece: repasses de 12 meses, frente a contratos trabalhistas CLT com 13º salário e férias.

Outros tipos de parcerizações com o governo, como a disponibilização de funcionários, alimentação e produtos, também são bem-vindas, mas utilizar apenas esse modelo é pouco efetivo frente a todas as outras despesas, principalmente com a folha de pagamento.

Afinal, é possível estabelecer um modelo de custo ideal?

Um dos objetivos do projeto Caleidoscópio 60+ Nossos Direitos era propor um modelo de custos ideal para as ILPIs. Porém é possível perceber, dadas as diversas características regionais e os modelos existentes – com e sem parcerizações com o poder público, que um modelo único não existe.

Ainda assim, a reflexão proporcionada pela possibilidade de conhecer a fundo a realidade financeira das ILPIs socioassistenciais oportunizou a identificação de práticas interessantes para a gestão das receitas e despesas dessas organizações. Convidamos você a continuar essa leitura conhecendo a cartilha [“Quanto custa o cuidado com a pessoa idosa”](#), um importante desdobramento da pesquisa, que compila reflexões sobre o cenário aqui delineado e ideias de ações para ILPIs que buscam estabelecer boas práticas de gestão.

¹ Maria Silva Ferreira: Formada em Administração de Empresas pela EAESP- FGV, com pós graduação pelo Ibmecc. Foi executiva com mais de 20 anos de experiência na gestão das áreas de Marketing, Comercial e Desenvolvimento de Mercado nos segmentos da indústria, serviços, financeiro e seguros. Após saída do mercado corporativo, tem se especializado em causas socioambientais.

VC | VALOR COMPARTILHADO

REALIZAÇÃO:



INCENTIVO:

Fundo
Municipal
do Idoso



PATROCÍNIO:



MINAS
GERAIS

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.



pitágoras



GERDAU
O futuro se molda



cemaismg.org.br



cemaismg.org.br



CeMAISMG



[/company/cemaismg/](https://www.linkedin.com/company/cemaismg/)



CeMAISMG